

Projeto da LDO depende de 565 destaques

Para andar da Comissão de Orçamento para o Plenário do Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2008 depende do exame de 565 destaques. O texto básico do deputado João Leão foi aprovado na semana passada.

PÁGINA 3



MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

O acesso aos medicamentos de custo elevado é direito do paciente, mas o sistema tem dificuldade em prover até os remédios mais baratos

cidadania

Implicações legais nos casos de separação ou divórcio

O *Especial Cidadania* desta edição reúne os direitos e deveres dos cônjuges que se separam ou se divorciam. Para facilitar o processo e desafogar a Justiça, as mudanças na legislação autorizam cartórios a lavrar escritura pública de separação ou divórcio, nos casos consensuais em que o casal não tem filhos menores ou incapazes.

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 21

SUS e pacientes, vítimas do remédio de alto custo

A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul gasta 64% de seu orçamento com 14 medicamentos. Distorções assim se multiplicam junto com o crescimento das

despesas com remédios de alto custo – de R\$ 1,05 bilhão em 2003 para R\$ 2,3 bilhões em 2006. Por outro lado, pacientes com doenças graves reclamam tratamento, sempre caro.

PÁGINAS 7 A 9



JANE ARAUJO

Almeida Lima (E) é um dos três relatores no Conselho de Ética da representação do PSOL contra o presidente do Senado, protocolada por José Nery

Marco regulatório pode tirar portos da estagnação

Com o fim da Portobrás, em 1993, os portos brasileiros perderam investimentos estatais. A iniciativa privada, que deveria ocupar o lugar do governo, não se sentiu atraída, pela falta de regras claras para o setor. O problema foi exposto em debate no Senado.

PÁGINAS 14 E 15

Brasileiro mais perto do documento único de identificação

PÁGINAS 10 E 11

PF vai completar perícia em documentos de Renan

PÁGINA 13

Com a renúncia de Roriz, Gim Argello deve assumir

PÁGINA 12

CONGRESSO Faltam analisar nesta semana 565 destaques relativos a emendas parlamentares rejeitadas pelo relator

Comissão aprova relatório da LDO

A Comissão de Orçamento (CMO) aprovou na última quinta-feira o substitutivo que o deputado João Leão (PP-BR) apresentou ao projeto do governo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008. Agora os líderes da base do governo na Câmara e no Senado estão mobilizando os seus parlamentares para que seja encerrada nesta semana a votação do texto. Assim o Congresso poderá entrar em recesso no dia 18 de julho.

Falta examinar nesta semana 565 destaques para votação em separado, nos quais os parlamentares descontentes tentam aprovar suas emendas não aceitas pelo relator. O relator e os técnicos da comissão têm que examinar cada um dos destaques apresentados, a maioria determinando que o governo execute alguma obra em 2008. O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), quer colocá-los em votação já nesta terça-feira.

O substitutivo da LDO aprovado na semana passada contém várias erratas, colocadas de última hora pelo relator.

Uma delas concede reajuste de 15% para todos os serviços que o governo paga aos hospitais que atendem pelo Sistema Único

de Saúde (SUS). O aumento foi incluído pelo relator por pressão da chamada bancada da saúde e não tem apoio do governo.

Como não existem recursos para aumentar a verba do setor, João Leão decidiu consultar o Ministério da Saúde, pois o reajuste

poderá retirar R\$ 3 bilhões de programas da área, especialmente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O aumento será colocado em votação na terça. Se a bancada governista tiver mais votos que a da saúde, a matéria será derrubada.

Outra errata aumentou em R\$ 1,46 bilhão os recursos que o governo poderá retirar do superávit primário de 2008 (usado no pagamento de juros da dívida pública) e gastar em obras prioritárias, chamadas de Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI).

Com isso, o governo poderá excluir até R\$ 13,8 bilhões do superávit de R\$ 78,8 bilhões previsto para 2008 (governo e suas estatais) e gastar em obras do PPI. João Leão argumentou

que o aumento se deve a uma nova previsão otimista de arrecadação e fez a alteração depois de consultar a equipe econômica.

Pressionado pelos parlamentares, Leão também concordou em rever alguns pontos do relatório, usando para isso as erratas. Em uma delas, ele amenizou a proibição de se liberar em 2008 verbas da lista de "restos a pagar" oriundos de emendas de 2005 e 2006. Agora, poderão ser liberadas, desde que a obra ou o serviço já

tenha começado e recebido anteriormente dinheiro federal.

Ainda nas erratas acolhidas, o relator determinou que todas as verbas dirigidas à construção de imóveis da União em 2008 deverão se limitar a 70% do que está sendo gasto neste ano. O dinheiro economizado será destinado à implantação e melhoria de escolas técnicas de ensino profissional.

Deve ser decidido no voto um item da LDO que obriga as entidades privadas de serviço social ligadas ao sistema sindical (como Sesi e Senac) a colocarem na internet informações sobre contribuições recebidas e onde gastaram o dinheiro. O governo quer a prestação de contas, mas as entidades mobilizaram parlamentares contra a decisão.



Jayme Campos (E), deputado João Leão, relator, deputado Walter Pinheiro e José Maranhão, presidente da CMO

JANE ARAÚJO

Relator previu reajuste de 15% na tabela do SUS. Governistas são contra

Menos superávit, mais investimento

Veja os principais pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na quinta-feira na Comissão de Orçamento

- Determina que o governo poderá excluir R\$ 13,8 bilhões do superávit de R\$ 78,8 bilhões previsto para 2008 para investir em obras do Projeto Piloto de Investimentos (PPI).
- Estipula em 15% o percentual mínimo de reajuste previsto para as tabelas de procedimentos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda depende de negociação, porque o governo não concorda, uma vez que o aumento provocaria impacto de R\$ 3 bilhões no Orçamento de 2008.
- Obriga as entidades do chamado "Sistema S" - como Sesc e Senai - a colocar na internet relatórios de atividade discriminando o valor das contribuições recebidas e das despesas efetuadas, por finalidade e região geográfica. A proposição depende de negociação, porque há parlamentares defendendo a exclusão do dispositivo.
- Estabelece que as verbas dirigidas à construção de imóveis da União em 2008 deverão se limitar a 70% do que está sendo gasto em 2007.
- Obriga a lei orçamentária de 2008 a alocar os recursos necessários à implantação e funcionamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
- Determina que os restos a pagar não processados - despesas para as quais houve apenas empenho, sem liquidação ou pagamento - terão vigência de um ano a partir da sua inscrição, exceto se forem relativos a convênios que já tenham recebido a primeira parcela dos recursos. Além disso, será proibida, no próximo ano, a execução dos restos a pagar anteriores a 2007 que não tenham sido pagos até 31 de dezembro deste ano.
- Libera o orçamento do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como os projetos para créditos adicionais do órgão, de parecer opinativo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fontes: Agência Senado e Agência Câmara



Secretário explica dívida. Parlamentares questionam

O novo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, apresentou na terça-feira à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o comportamento da dívida pública nos primeiros quatro meses deste ano, ponderando que os números "são bons" e estão dentro das previsões do governo. Ele ouviu, no entanto, questionamentos sobre a ne-

cessidade de manter reservas internacionais no Banco Central de US\$ 121,8 bilhões.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG), ex-presidente da CMO, perguntou se não seria mais interessante ao país usar parte das reservas em dólares para bancar investimentos. Ouviu que essa é uma decisão que cabe ao presidente da

República e ao seu ministro da Fazenda. Não é a primeira vez que autoridades da área econômica recebem sugestões de parlamentares para gastar as reservas.

Augustin compareceu ao Congresso atendendo a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que no primeiro qua-

drimestre o governo conseguiu somar um superávit fiscal de R\$ 35,6 bilhões, o que equivale a 50,1% da meta para todo o ano, de R\$ 71,1 bilhões - para o governo federal e estatais. A dívida pública mobiliária interna subiu no período mais R\$ 57,9 bilhões, chegando a R\$ 1,13 trilhão no final de abril.

O secretário do Tesouro previu ainda que o governo manterá sua política de superávit primário para pagamento de juros, o que "mantém o círculo virtuoso da queda de juros" e de aumento da confiança dos investidores.

O secretário do Tesouro afirmou aos deputados e senadores que a receita total da União nos quatro meses apresentou um pequeno aumento em relação ao previsto (mais 1,1%), mas ele creditou o desempenho ao crescimento da arrecadação de Imposto de Renda, pois a massa salarial aumentou 11%. A receita da União no quadrimestre foi de R\$ 157,5 bilhões.



Augustin, do Tesouro, disse que números da dívida estão dentro do previsto pelo governo

MÁRCIA KALLINE

COMISSÕES

Tráfico de droga em escola terá pena maior

As penas por tráfico ilícito de drogas no interior de estabelecimentos de ensino ou em suas imediações podem ser aumentadas de um terço até o dobro. A pena também será ampliada se a prática dos crimes relacionados nos artigos 33 a 37 da Lei 11.343/06, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, envolver criança, adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída a capacidade de entendimento e determinação.

Essa foi a decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, ao aprovar substitutivo a projeto apresentado originalmente pelo

senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações. A matéria foi acolhida automaticamente, em turno suplementar e em decisão terminativa, sem necessidade de votação, já que não foram apresentadas emendas. Se não houver recurso para o Plenário, o projeto (PLS 34/03) será agora submetido à Câmara.

O substitutivo foi elaborado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), para quem a proposta visa desestimular a presença de traficantes nos ambientes estudantis, “que abrigam jovens em formação, suscetíveis à perniciosa influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas

para livremente agir contra nossa juventude”.

O texto apresentado por Jereissati muda a redação do artigo 40 da Lei 11.343/06, que estabelece que as penas previstas nos artigos 33 a 37 serão aumentadas de um sexto a dois terços se a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos de ensino ou hospitalares, sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas ou beneficentes, locais de trabalho coletivo, recintos onde se realizam espetáculos, unidades policiais, em transportes públicos, entre outros.

Esse artigo sofreu mudança para retirar os estabelecimentos de ensino da relação e aumentar as penas para infrações cometidas nas escolas ou em suas imediações.

Jereissati observou que não se poderá dizer que a proposição vai ensejar injustiças, punindo com excessivo rigor jovens imaturos.

– A jurisprudência tem sabido identificar os verdadeiros criminosos, distinguindo-os dos usuários e até mesmo daqueles jovens que, por inexperiência, caem em armadilhas – disse.



Projeto aprovado pelos senadores da Comissão de Justiça visa proteger os estudantes brasileiros da ação de traficantes

Bloqueio a celular em presídio

A obrigatoriedade de instalação de bloqueadores celulares e de sinais de radiocomunicação nas penitenciárias estaduais e federais – estabelecida em projeto (PLS 137/06) do então senador Rodolpho Tourinho – obteve aprovação unânime na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), na última quarta-feira. Como o projeto original foi modificado pelo relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o substitutivo será votado em turno suplementar nesta semana. A matéria tramita em decisão terminativa.

Flexa Ribeiro acatou parcialmente emenda de Serys Slhessarenko (PT-MT) – que determina

que os valores decorrentes da aplicação de multas sejam revertidos para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a fim de financiar investimentos em equipamentos de segurança.

O relator manteve o entendimento de que deve ser utilizado o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) como fonte de custeio das ações de bloqueio, por entender que sua arrecadação é muito superior à do Funpen (R\$ 2,5 bilhões do Fistel, em 2005, contra apenas R\$ 224 milhões do Funpen).

O senador acatou, no entanto, a implementação, em médio prazo, da instalação da opção techno-

lógica denominada “sistema de extração de identidade de telefonia celular”, caracterizada pela utilização de um equipamento móvel de pequenas dimensões, com capacidade de rastrear terminais de radiocomunicações dentro de um raio específico.

Pelo texto aprovado, a implantação de novos estabelecimentos penitenciários ficará condicionada à instalação de bloqueadores. Para Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI, a aprovação do projeto representa uma grande vitória para todos aqueles que estão comprometidos com o combate à violência e ao crime.



Punição a quem vender drogas pode ser até dobrada se o crime for cometido em estabelecimento de ensino ou em suas imediações

Airbag deve ser item obrigatório em veículos

A instalação de *airbag* para proteção dos passageiros dos bancos dianteiros dos veículos, barras de proteção lateral e arco de proteção superior poderá ser obrigatória no país. É o que determina o substitutivo a projeto (PLS 115/04) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto foi relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que deu parecer favorável na forma de substitutivo.

A proposição modifica a lei que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) e estabelece que a exigência da colocação do *airbag* será progressivamente incorporada aos novos modelos de veícu-

los, fabricados, importados, montados ou encarroçados no país, a partir do primeiro ano após a definição, pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação.

De acordo com Lúcia Vânia, as constantes transformações tecnológicas da produção automotiva tendem a elevar a potência e o desempenho dos motores. Por esse motivo, argumentou, é necessário também aumentar o nível de segurança dos veículos.

– Nesse contexto, diversos dispositivos de proteção estariam sendo incorporados aos veículos, não mais restritos aos chamados modelos de luxo – afirmou a senadora.

CCJ acolhe mudança em regra de aposentadoria

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira, por unanimidade, duas emendas de Plenário ao projeto que trata da concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. As emendas ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS Complementar 68/03, que tramita em conjunto com os PLS complementares 250/05 e 8/06, foi relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO), favorável às duas mudan-

ças feitas em Plenário.

Segundo Raupp, uma das emendas assegura a conversão do tempo de serviço nas atividades de policial e militar em tempo de serviço comum, para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, por idade ou por idade e tempo de contribuição.

A outra emenda estabelece aposentadoria especial, independentemente da idade, para policiais, peritos e agentes penitenciários, com proventos integrais, aos 30 anos de contribuição para homens e aos 25 anos para as mulheres.

Parlamentar corrupto pode perder benefício

Qualquer parlamentar que venha a perder o mandato por envolvimento em práticas ilícitas com dinheiro público não terá direito à aposentadoria estabelecida no Plano de Seguridade Social dos Congressistas. É o que determina projeto (PLS 113/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para análise da Comissão de Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O projeto nega ainda a aposentadoria ao parlamentar que renunciar ao cargo em virtude de pro-

cesso por práticas ilícitas com dinheiro público. Também será cassada a aposentadoria do parlamentar que venha a ser condenado por ato lesivo ao erário, cometido durante o mandato.

– O grande número de denúncias envolvendo parlamentares impõe ao Congresso a adoção de medidas moralizadoras da conduta de seus membros – declarou Expedito Júnior.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), disse que a decisão ajudará na recuperação da imagem do Legislativo junto à sociedade.

Registro de empresas terá regra mais simples

Parecer favorável a projeto que fixa procedimentos para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas foi aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ). A proposta (PLC 115/06) também cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

De autoria do deputado Francisco Rodrigues (DEM-RR), a matéria teve parecer favorável do relator, senador João Ribeiro (PR-TO). O projeto, que agora será examinado pela Comissão de Assun-

tos Econômicos (CAE), estabelece, entre outras normas, que a Redesim deve buscar a integração do registro de empresas, “de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário”.

Segundo Valter Pereira (PMDB-MS), que presidiu a reunião da CCJ, o projeto “destrava o caminho das empresas”. Adelmir Santana (DEM-DF) também elogiou a iniciativa, afirmando que ela vai contribuir para a desburocratização dos procedimentos necessários às pessoas jurídicas.

COMISSÕES Até 2011, reajuste deverá ser feito pela inflação (INPC) mais o crescimento do PIB de dois anos antes

Aprovada regra para correção do mínimo

A apreensão dos trabalhadores e o desgaste político causado pela indefinição, ano a ano, do valor do salário mínimo podem estar perto do fim com a aprovação, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da nova política de médio prazo para a valorização do salário mínimo entre 2008 e 2011.

Na CAE, o relator, Osmar Dias (PDT-PR), sugeriu a aprovação da matéria (PLC 42/07) sem alterações com relação ao texto enviado ao Senado pelos deputados. Assim, quando aprovado em Plenário, o projeto, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), será enviado à sanção do presidente da República.

A CAE decidiu enviar o projeto ao Plenário com pedido de urgência. Osmar Dias destacou que o projeto protege tanto os tra-

balhadores como aposentados e pensionistas que recebem pelo piso nacional.

– A fixação dessa política vai inclusive tornar mais fácil a aprovação do Orçamento anual, pois quase sempre seu exame fica dependendo da definição sobre o salário mínimo – afirmou.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o relator apelaram pela manutenção do texto aprovado na Câmara, para que a matéria seja enviada ao Executivo antes do recesso parlamentar. Caso alguma emenda – como a da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) que prevê o reajuste pelo maior crescimento do PIB a partir de 2001 – for aprovada em Plenário, o projeto voltará à Câmara, atrasando a sua transformação em lei.



Mercadante (E) e Eliseu Resende: projeto sobre o salário mínimo aprovado na comissão faz parte do PAC

Pela nova política, além de saber que o salário mínimo deste ano passou de R\$ 350 para R\$ 380 (8,6% de reajuste e 5,1% de ganho, descontada a inflação), já se pode estimar quanto os trabalhadores receberão nos próximos anos. Por exemplo, se a inflação deste ano ficar em 3,5%, como estima o mercado, já se sabe que o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008 será de R\$ 408, pois o crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2006, já corrigido pela nova metodologia do IBGE, foi de 3,7%.

Segundo cálculos da Consulto-

ria Legislativa do Senado, o salário mínimo poderá chegar a R\$ 521 em 2011, levando em conta que o crescimento do país será de 5% até 2009 e que a inflação, de 3,5% ao ano (veja tabela).

Antecipação de vigência do reajuste anual

Em resumo, o reajuste vai levar em conta dois fatores: a variação do PIB de dois anos antes do reajuste, mais a inflação dos 12 meses imediatamente anteriores, segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos os índices

calculados pelo IBGE.

A política será reavaliada e, de acordo como projeto, o governo terá que encaminhar ao Congresso, até 31 de dezembro de 2011, a nova proposta negociada, entre outros, com as centrais sindicais. O projeto também muda a data do reajuste, que será antecipado para 1º de março, em 2008; 1º de fevereiro, em 2009; e 1º de janeiro a partir de 2010.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) encaminhou à Mesa do Senado solicitação para que o colegiado seja ouvido sobre propostas de valorização do mínimo.

Para Ideli, proposta assegura a distribuição de renda



Ideli: nos dois governos de Lula, o salário mínimo acumulou aumento real de 34%

Na opinião de Ideli Salvatti (PT-SC), a proposta do governo assegura ao salário mínimo a função de propulsor de distribuição de renda. A senadora diz que essa é uma das prioridades do governo Lula, período em que o salário mínimo acumula aumento real de 34%.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou para que outras matérias sobre políticas para o salário mínimo sejam postas em discussão. Uma delas, do próprio Garibaldi, tem propósito semelhante ao do governo.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, reforçou a importância de acelerar a tramitação do projeto, que permite crescimento “progressivo e sustentável” para o mínimo e que foi negociado com as centrais sindicais.

União pode punir estados e municípios

O projeto aprovado autoriza a União a suspender transferências voluntárias de recursos aos estados e municípios que descumprirem a nova política. Essa foi uma das alterações feitas na Câmara à proposta original do governo.

A proposta determina, ainda, a

criação de grupo interministerial, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para monitoramento e avaliação da política. O grupo terá ainda representantes das centrais sindicais de trabalhadores e da classe patronal – esta, incluída pela Câmara no texto.

O projeto do Poder Executivo também estipulava – em R\$ 380 – o valor do salário mínimo deste ano. Como a proposição não foi votada até a data do reajuste, o governo editou medida provisória, já aprovada pelo Congresso, mantendo esse valor.

Ganho real deriva de decisão política

O projeto aprovado na CAE, na avaliação do consultor legislativo Fernando Meneguim, possibilita valorização considerável do mínimo. Segundo ele, outro parâmetro possível – o reajuste com base no crescimento do PIB *per capita* (riqueza do país dividida pelo número de habitantes) – levaria a reajustes menores.

– Recentemente, houve anos em que o crescimento do PIB *per capita* foi negativo, o que torna essa

fórmula praticamente inviável do ponto de vista político. Ao mesmo tempo, prever aumento do salário sem aumento da produtividade pode se transformar em política de assistência social – analisou.

Se a decisão de valorizar o mínimo é plataforma do governo Lula, outra política governamental fica comprometida: o equilíbrio das contas públicas. Isso porque a pressão do aumento dos gastos com aposentadorias

e pensões, cujo piso é o salário mínimo, dificulta o equilíbrio nas contas públicas e a possível diminuição da carga tributária.

Meneguim aprova que haja um parâmetro para reajustar o mínimo, já que aumenta a previsibilidade. Antes, sem política alguma, os reajustes variaram muito em relação ao PIB (veja tabela). Mas o consultor alerta: não há, na futura lei, impedimento para que seja concedido reajuste superior.

Desde o Plano Real, governo e oposição, empresariado e trabalhadores empreenderam, anualmente, disputas públicas pelo valor do salário mínimo. Como resultado, o reajuste real variou de 0,71%, em 1999, a 13,04%, em 2006, dependendo da prioridade de cada governo.

Caso a política aprovada pela CAE tivesse sido implementada em 2002, por exemplo, o salário mínimo teria ganhos superiores até 2003, mas seria superado pelos generosos aumentos do último trimestre e valeria R\$ 40 a menos hoje.

Salário mínimo variou de acordo com prioridades do momento

Ano	Variação do PIB ¹ (%)	Mês de reajuste	Valor a preços correntes (R\$)	Reajuste nominal (%)	Reajuste real (%)	Correção monetária medida pelo INPC ²	Se o PLC 42/07 valesse em 2002 (R\$)
1998	0,04	mai/98	130	--	--	--	--
1999	0,25	mai/99	136	4,62	0,71	3,88	--
2000	4,31	abr/00	151	11,03	5,39	5,35	--
2001	1,31	abr/01	180	19,21	12,17	6,27	180
2002	2,66	abr/02	200	11,11	1,27	9,72	206
2003	1,15	abr/03	240	20,00	1,23	18,54	247
2004	5,71	mai/04	260	8,33	1,19	7,06	272
2005	2,94	mai/05	300	15,38	8,23	6,61	293
2006	3,70	abr/06	350	16,67	13,04	3,21	320
2007 ³	4,50	abr/07	380	8,57	5,11	3,30	340
2008	5,00	mar/08	408	--	--	3,50	365
2009	5,00	fev/09	441	--	--	3,50	395
2010	5,00	jan/10	479	--	--	3,50	429
2011	5,00	jan/11	521	--	--	3,50	466

¹ Produto interno bruto, calculado pelo IBGE e atualizado pela nova metodologia.

² Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE. Em alguns anos, o período levado em conta foi inferior a 12 meses.

³ A projeção de crescimento e de inflação para 2007 é feita pelo mercado. Para os anos seguintes, adotaram-se os índices de 5% e 3,5%, respectivamente.

COMISSÕES



Parecer de Jayme Campos (foto) à indicação de Luiz Pagot não foi votado na última reunião da CI devido a pedido de vista

Decisão sobre diretor do Dnit fica para esta semana

A votação relativa à indicação do economista Luiz Antonio Pagot para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) foi adiada para esta semana, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), elaborou parecer favorável ao indicado pelo Executivo para dirigir a autarquia, vinculada ao Ministério dos Transportes.

Por decisão do presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), um pedido de vista feito inicialmente por Mário Couto (PSDB-PA) foi transformado em solicitação de vista coletiva, concedida por cinco dias úteis.

Mário Couto foi alvo de apelos do relator e dos senadores João Tenório (PSDB-AL), Expedito Júnior (PR-RO), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Serys

Shlessarenko (PT-MT) para que retirasse seu pedido. Eles alegaram que a demora na votação seria "prejudicial ao Dnit, ao Ministério dos Transportes e ao país". O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse que "nem os lobistas estão passando nos corredores do órgão", porque as atividades do Dnit estão paralisadas em função da mensagem presidencial já estar em discussão há mais de 90 dias no Senado. Afirmou, ainda, que o Ministério dos Transportes e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) precisam da indicação.

Mário Couto argumentou que "cinco dias a mais ou a menos não mudarão o cenário do país". Ele declarou ter dúvidas a respeito da indicação de Pagot, que é primeiro suplente de Jayme Campos. Couto requereu tempo para "analisar a questão e para votar com segurança".

Augusto defende verbas para o programa nuclear

Ao defender novos investimentos no programa nuclear brasileiro, Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que "é preciso lutar na Comissão Mista de Orçamento para que haja mais recursos para esse empreendimento". Ele fez essa declaração durante visita às instalações do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), no município de Iperó. Nesse local são realizadas pesquisas sobre energia nuclear que incluem o enriquecimento de urânio. Augusto – que na ocasião representou a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado – estava acompanhado de um grupo de deputados federais.

A visita ocorreu quatro dias após o Conselho Nacional de Política Energética aprovar a construção da usina nuclear Angra 3 – em decisão que ainda precisa ser ratificada pelo presidente da República.

De acordo com Arnaldo Ferreira Gomes Neto, engenheiro naval e superintendente de

Operação do CTMSP, o centro "ficou em estado vegetativo nos últimos anos devido à falta de investimentos".

O diretor do centro, Carlos Passos Bezerril, afirmou que será necessária uma verba adicional de R\$ 130 milhões anuais, durante oito anos (em um total de R\$ 1,04 bilhão), para que se termine a construção do Laboratório de Geração Nuclear Elétrica, cujo objetivo é desenvolver um sistema de propulsão nuclear para submarinos. Bezerril argumentou que é a partir desse tipo de pesquisa que são gerados conhecimentos e tecnologias em energia nuclear, que podem ser apropriados pela indústria nacional.

Augusto Botelho recorda que a energia nuclear "voltou a ser uma alternativa porque, em meio às preocupações com as mudanças climáticas, é uma opção que não contribui para a piora do efeito estufa". O senador destacou ainda que o Brasil possui uma das maiores reservas de urânio do mundo.

Senador afirma que a energia nuclear é opção para reduzir o efeito estufa

Medicamento em casa para paciente do SUS

Os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) incluídos na modalidade de atendimento e internação domiciliares e que utilizem medicamentos de uso contínuo poderão receber os remédios em casa, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira.

A decisão da CAS é terminativa e o projeto (PLS 28/07), de Cícero Lucena (PSDB-PB), será remetido ao exame da Câmara.

O relator, José Nery (PSOL-PA), apresentou emenda, acolhida pela comissão, determinando que o SUS também deverá fornecer ao paciente, em seu domicílio, medicamentos sujeitos a controle especial, exceto os de uso restrito

ao ambiente hospitalar.

Lei que prevê benefício a pescador é modificada

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 199/05) que altera a lei que garante aos pescadores artesanais o recebimento do benefício do seguro-desemprego durante o defeso – período no qual é suspensa a prática da pesca, para preservação das espécies.

O pagamento do benefício deverá ser feito no primeiro dia do defeso e a cada período de 30 dias, não podendo, entretanto, ultrapassar 180 dias. Caberá ao Ibama comunicar, com antecedência de 15 dias, o início do período de defeso ao Conselho Deliberativo do Fundo de Am-

paro ao Trabalhador (Codefat) e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A comissão decidiu ainda, conforme o PLS 73/06, de Flávio Arns (PT-PR), transferir do ministério da Previdência e Assistência Social para o ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome a titularidade da deliberação sobre recurso contra decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social, relativas à concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebras).

Esses dois projetos, aprovados também em decisão terminativa, seguem para análise da Câmara, se não houver recurso para exame pelo Plenário.

Aprovado suporte a programas regionais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que trata da aplicação dos recursos da União em programas de caráter regional, com prioridade para áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Pelo projeto (PLS 239/03 – complementar), as políticas de geração de emprego e renda deverão contemplar especialmente as regiões sob risco social, caracterizado pela incidência de fenômenos como violência, criminalidade, prostituição e trabalho infantil.

Em seu relatório favorável, Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou o fato de estar o Congresso encarregado do controle dos programas regionais. Caberá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) emitir parecer acerca de relatório a ser



Maciel (E), relator do projeto, ao lado de Mesquita Júnior, Cícero Lucena, Adelmir Santana e Garibaldi Alves, em reunião da CDR

enviado ao Executivo, explicou.

Como Maciel promoveu modificações de cunho jurídico ao apresentar seis emendas ao texto, ele recomendou que a matéria volte à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CDR aprovou, também, pro-

jeito que autoriza a ampliação do Aeroporto de Barreirinhas (MA) – principal portal de acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Segundo o texto (PLS 248/07), da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), as obras serão feitas por meio de convênios entre o governo do Maranhão e a prefeitura de Barreirinhas.

Prioridade para rodovias em Minas e no ES

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na quarta-feira o PLS 22/04 para incluir o trecho das rodovias BR-101 e BR-214, situado entre as cidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG), no Plano Nacional de Viação, a fim de garantir à estrada prioridade no recebimento de recursos e melhorias

na infra-estrutura.

O autor do projeto, senador Magno Malta (PR-ES), argumenta que a região tem grande usinas de álcool, que serão beneficiadas por um escoamento mais rápido de sua produção.

A CI aprovou ainda o arquivamento dos relatórios anuais da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) relativos às atividades dos exercícios de 2004 e 2005. Na mesma reunião, foi concedida vista, ao senador Delcídio Amaral (PT-MS), de projeto (PLC 64/05) que define os percentuais, para o cálculo da compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, de substâncias como alumínio, manganês, sal-gema, potássio, minério de ferro, carvão, fertilizantes e outros.

Na mesma reunião, o presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), comunicou o adiamento da audiência pública sobre a usina de Belmonte, no Pará, prevista inicialmente para a quinta-feira, em função de problemas de agenda dos ministros convidados. A nova data para o debate ainda não foi definida.



Entre Heráclito Fortes (E) e Delcídio Amaral, Marconi Perillo preside reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

SAÚDE Para uns, acesso a remédios de alto custo é direito constitucional; para outros, SUS está sob ameaça



Flávio Arns pretende eliminar restrições na distribuição de medicamentos de alto custo



Proposta de Tião Viana obriga registro do remédio pela Anvisa e definição de diretrizes terapêuticas

Remédios de alto custo sem consenso

Questões humanitárias, financeiras, científicas e até constitucionais estão envolvidas em um dos mais controversos temas da área de saúde do Brasil na atualidade: a distribuição gratuita de medicamentos de alto custo pela rede pública. Dois projetos diametralmente opostos, dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Flávio Arns (PT-PR), regulamentam a questão e encerram a batalha legal que pacientes e gestores públicos travam nos tribunais brasileiros.

De um lado, alinham-se os pacientes e familiares de pessoas acometidas por doenças graves, por vezes raras, cujo tratamento é muito caro até para famílias de alto poder aquisitivo. Para essas pessoas, o atendimento integral à saúde não deve ter restrições e, por isso, fornecer os remédios é dever do Estado, não importando o preço.

Do outro lado, estão aqueles que vêm na espiral de custos registrada pelo programa de distribuição dos medicamentos excepcionais uma ameaça até mesmo à sanidade financeira do Sistema Único de Saúde (SUS). Eles acreditam que deve prevalecer o interesse maior da coletividade, que reclama recursos para atendimentos e serviços mais essenciais e abrangentes.

O Senado discute a questão com mais ênfase desde o início

deste ano, quando começaram a tramitar duas propostas. A Comissão de Assuntos Sociais aprecia o PLS 219/07, de Tião Viana. Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa o PLS 338/07, de Flávio Arns. O primeiro disciplina e impõe restrições à distribuição dos medicamentos. O segundo, ao contrário, propõe a entrega dos remédios excepcionais sem ressalvas. Ambos conquistaram, recentemente, importantes apoios em debates promovidos no Congresso.

Secretaria de Saúde gaúcha gasta 64% do orçamento com 14 remédios

No dia 12 de junho, na Comissão de Seguridade Social da Câmara, o projeto de Tião Viana recebeu o apoio do diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano, e de integrantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), entre eles o presidente do órgão, Osmar Terra.

Na quarta-feira passada, em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado, foi a vez da proposta de Flávio Arns ganhar adeptos, como o procurador da República no Distrito Federal, Carlos Henrique Lima, e o presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose – Fibrose Cística (Abram), Sérgio Henrique Sampaio. Os representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde e do Conass

voltaram a defender o projeto de Tião Viana.

Argumentos em defesa do SUS

O projeto de Tião Viana prevê a distribuição dos medicamentos, desde que registrados na Anvisa, obedecendo a protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. É proibido distribuir, pagar ou ressarcir pelo SUS medicamentos não registrados. E fica vedado o pagamento de procedimento clínico ou cirúrgico experimental, para fins estéticos ou embelezadores.

Para o senador, o problema dos medicamentos de alto custo está questionando definitivamente a capacidade do SUS de atender a sociedade brasileira.

– Nós estamos inviabilizando o governo no financiamento da saúde em razão de poucos medicamentos excepcionais, de alto custo, que atendem a uma minoria da população, na maioria das vezes sem critérios científicos – argumenta Viana, cuja proposta é que um maior número de cidadãos seja beneficiado com a racionalização dos gastos.

Ele citou como exemplo a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, que gasta 63,7% dos seus recursos apenas com a compra de 14 medicamentos, distribuídos gratuitamente.

– O tema visa fortalecer o SUS e a racionalidade dos gastos, livrando-o do lobby da assistência farmacêutica privada, um problema mundial – disse.

de alta complexidade, que vêm nele a solução para que possam ter acesso aos remédios, sem a necessidade de recorrer à Justiça, como ocorre hoje.

Arns defende a necessidade de um amplo diálogo sobre a situação crítica que muitos usuários de medicamentos excepcionais enfrentam no país.

– O fornecimento de medicamentos de alto custo para pessoas que atualmente são obrigadas a buscar tutela judicial para a obtenção de tratamento é dever do Estado. Temos que encontrar uma alternativa urgente para essa situação vergonhosa – assinalou Arns.

Para Arns, o artigo 196 da Constituição, ao definir que a saúde engloba promoção, proteção e recuperação, deixa claro que o direito à saúde também é direito a medicamento. Por isso, na visão do senador, mais do que debater a entrega gratuita ou não de um remédio a um paciente, o que está em discussão é o cumprimento da garantia fundamental à vida.

– Como cláusula pétrea constitucional que é, [esse direito] não pode ser suplantado, nem constitucionalmente, nem por meio de legislação infraconstitucional – argumenta Flávio Arns, na defesa de seu projeto.

Em audiência, divisão de opiniões se confirma

Autoridades do governo e associações de defesa dos pacientes demonstraram toda a divergência que cerca a questão dos medicamentos de alto custo durante debate sobre os projetos PLSs 219/07 e 338/07, promovido pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na semana passada.

O presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose – Fibrose Cística (Abram), Sérgio Henrique Sampaio, concordou com a regulamentação da entrega dos remédios pelo SUS, mas ressaltou que a exigência de protocolos clínicos limitará muito a distribuição.

Já o procurador da República no Distrito Federal, Carlos Henrique Lima, depois de lembrar que a Constituição estabelece que a atenção à saúde é universal e integral, avaliou que o projeto do senador Tião Viana poderá ser questionado na Justiça, tendo em vista que não existem protocolos para todas as patologias e que a lista do Ministério da Saúde, que abrange 105 medicamentos, não abrange todas as doenças.

A presidente da Associação Brasileira de Câncer, Marília Casseb, disse que a falta de acesso aos medicamentos contra a doença é o principal problema vivido pelos pacientes.

– Entre 1963 e 1997 houve aumento de 50% na incidência de casos de câncer, com mais de 460 mil casos anuais, e não temos uma política voltada ao atendimento integral desses pacientes, a exemplo dos portadores de Aids – assinalou.

Fausta Cristina, portadora de hipertensão arterial pulmonar, afirmou ser favorável ao projeto de Flávio Arns, cobrando agilidade na entrega de medicamentos de alto custo.

– A lista [do Ministério da Saúde] exclui pacientes e medicamentos comprovadamente eficazes no Brasil e no exterior. Não quero ser estatística dos mortos por falta de medicamento – disse.

Luís Eduardo Próspero, outro usuário de medicamentos excepcionais, considerou um “absurdo” qualquer proposta de limitar a oferta desse remédios.

– Pagamos impostos para reverter para nós. O projeto de Tião é absurdo porque tenta tirar o que é nosso de direito. Até que ponto o país é para todos? Até que ponto temos direito à vida? – perguntou.

Tião Viana defendeu seu projeto, disse que o objetivo não é privar ninguém de tratamento, mas lembrou que não é correto o governo sofrer pressões de laboratórios multinacionais para a compra de remédios.

– Ninguém quer tirar direito, pelo contrário, queremos assegurar. O dinheiro [gasto pelo governo na compra de remédios] não pode atender à volúpia de multinacionais. Perde quem não tem a informação como instrumento – frisou o senador.

Todos os demais participantes do debate tomaram a defesa da proposta de Tião Viana. Entre eles, o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu de Mello, e o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano.



Sampaio, da Associação de Assistência à Mucoviscidose - Fibrose Cística



Barbano, do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde

O que é o programa

O Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional foi iniciado em 1982 para oferecer pela rede pública remédios para o tratamento de doenças específicas - que atingem um número limitado de pacientes, os quais, na maioria das vezes, os utilizam por longos períodos.

Também chamados de remédios de alto custo, a lista atual inclui 105 itens. São indicados para o tratamento de doenças como as hepatites B e C, esclerose múltipla, es-

quizofrenia, mal de Parkinson, Alzheimer e doença de Gaucher. Destinam-se também a pacientes renais crônicos, portadores de asma grave ou anemia e para evitar a rejeição em transplantes.

Os remédios são distribuídos pelos estados e pelo Distrito Federal. O governo federal cobre cerca de 60% do valor e os estados, os 40% restantes. No ano passado, o orçamento do Ministério da Saúde reservou R\$ 1,35 bilhão para o programa.

SAÚDE Especialistas advertem que muitas vezes os interesses da indústria farmacêutica suplantam os dos pacientes

Nem sempre remédio novo é remédio melhor

Pode-se pensar que a criação de um novo medicamento é o resultado de necessidades reais de pacientes. Não é bem assim. Como alerta o Conselho Federal de Farmácia (CFF), há muito tempo a expectativa de atender às necessidades dos doentes extrapolou o âmbito da ciência para incorporar necessidades de mercado, onde tem sido mais importante a manutenção do lucro da indústria farmacêutica.

— A corrida interminável para oferecer mais e mais medicamentos tem levado a formar um mercado onde até 70% dos produtos oferecidos não são essenciais e freqüentemente são promovidos como “novidades farmacológicas” — adverte o Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos (Cebrim), seção de estudos e pesquisa criada pelo CFF há 15 anos.

Sabe-se que há diferenças significativas quanto aos métodos e à rigidez empregados pelas agências regulatórias dos diversos países na análise e aprovação de um novo medicamento e no monitoramento pós-registro. Se o novo remédio será uma importante contribuição para o tratamento ou cura dos pacientes é um critério que, conforme apurou o Cebrim, raramente ocupa posição de destaque.

Nos EUA, a Food and Drug

Administration (FDA, equivalente à Anvisa no Brasil) analisou 385 medicamentos novos introduzidos no mercado entre 1981 e 1988 pelas 25 maiores indústrias farmacêuticas americanas. A conclusão foi estupefacente: “Somente 3% dos medicamentos apresentaram uma ‘importante contribuição sobre os tratamentos existentes’, 13% apresentaram uma ‘modesta contribuição’ e nada menos que 84% apresentaram ‘pouca ou nenhuma contribuição’”, destaca o mesmo estudo do Cebrim.

Estudo mostrou que só 3% dos remédios deram “contribuição importante”

De acordo com avaliação da publicação especializada *La Revue Prescrire*, da França, entre os 2.871 novos medicamentos ou usos clínicos registrados naquele país, entre 1981 e 2003, apenas 80 (3%) representaram uma inovação terapêutica efetiva.

Em sua tese de mestrado no programa de pós-graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, do ano passado, o pesquisador José Ruben de Alcântara Bonfim cita os mesmos dados. A revista francesa afirma que nada menos que 66,63% dos novos produtos colocados no mercado não traziam “nada de novo” em termos de contribuição terapêutica.

Comissão ministerial avalia pedidos de inclusão

Desde o final do ano passado, o Ministério da Saúde aperfeiçoou os critérios para que novos produtos sejam incorporados à lista de medicamentos excepcionais distribuídos gratuitamente à população por meio do SUS. Segundo explicou o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do ministério, Dirceu Barbano, em audiência na Câmara, uma Comissão de Incorporação de Tecnologias (Citec), criada em dezembro de 2006, analisa as solicitações da indústria farmacêutica.

Para isso, a comissão leva em conta a relevância e o impacto da incorporação da tecnologia no SUS, a existência de evidências científicas de eficácia, a efetividade, a segurança e os estudos de avaliação econômica da tecnologia proposta, em comparação às demais incorporadas anteriormente. Em geral, a Citec costuma levar cerca de seis meses para dar uma resposta às solicitações.

Em meados do mês passado, a comissão tinha sob sua responsabilidade a avaliação de 65 pedidos de inclusão de medicamentos na lista, que, atualizada por uma portaria de outubro de 2006, era composta por 218 apresentações. Entre eles figuram, por exemplo, o infliximabe, para artrite reumatóide, cuja ampola de 10ml está cotada a R\$ 3.260. Cada paciente necessita de uma dose mensal. Um único frasco de octreotida, um inibidor do hormônio de crescimento, custa ao SUS R\$ 3.300 reais a dose, igualmente mensal.

Uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicada em abril, fixou regras ainda mais claras para a análise de tais petições, levando em conta, especialmente, a relevância do interesse público de cada pedido. As regras entraram em vigor no mês passado.

Os interessados em pedir prioridade na análise pela Citec devem fazer um requerimento pela internet, no site da Anvisa.



Pesquisa contra malária, na Universidade de Campinas: poucos recursos para doenças tropicais

Para Conass, regulamentação é essencial

Há dois anos, o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) elaborou uma proposta de projeto de lei para regulamentar o fornecimento dos medicamentos excepcionais em todo o Brasil. Com pequenas diferenças, uma minuta de projeto também foi produzida pelo Colégio Nacional de Procuradores Gerais, que são encarregados de defender os estados nos milhares de ações legais exigindo a distribuição gratuita dos remédios de alto custo.

A necessidade de regulamentar a questão tem sido insistentemente defendida pelo presidente do Conass e secretário de Saúde do

Rio Grande do Sul, Osmar Terra. As medidas principais coincidem com as do projeto do senador Tião Viana (PT-AC), restringindo a distribuição exclusivamente a medicamentos registrados no país que integrem a lista elaborada pelo SUS e obedecendo a protocolos científicos periodicamente atualizados.

Para Osmar Terra, as principais preocupações são a falta de critérios e a possibilidade de se colocar em risco os investimentos públicos em saúde. Terra defende também um diálogo com o Poder Judiciário, para que sejam estabelecidas regras claras em relação aos critérios de preços, eficácia dos medicamentos e prescrição de doses.

— A preocupação é garantir os medicamentos para a população, mas em doses corretas e com eficiência comprovada — afirma Osmar Terra.

Outro ponto destacado pelos secretários estaduais é a necessidade da pronta atualização de

alguns protocolos terapêuticos (normas) do Ministério da Saúde — a última teria ocorrido em dezembro de 2002 —, medida prevista no projeto de Tião Viana. O ideal, sugerem, seria a atualização semestral, porém o PLS deixa a critério do ministério determinar o prazo.

Os secretários também propõem que os estados façam os seus próprios protocolos, como já ocorre, por exemplo, no Paraná. Lá, quando a secretaria identifica uma demanda judicial muito grande para determinado medicamento, cria-se rapidamente um protocolo, como ocorreu com a insulina glargina (que tem ação mais prolongada).

O secretário paranaense da Saúde, Cláudio Xavier, teme que a sobrevivência financeira do SUS corra risco se algumas medidas urgentes não forem tomadas. Osmar Terra vê, como Tião Viana, grandes interesses econômicos interferindo na questão.

— No Rio Grande do Sul, tivemos o caso em que o laboratório forneceu um medicamento experimental gratuitamente para um paciente durante dois meses. Depois, orientou que ele buscasse a Justiça para garantir a continuidade do tratamento, que custaria R\$ 2 milhões ao ano — conta o presidente do Conass.



Paciente espera há três meses a chegada de medicamento a um posto de saúde em São Paulo

A quem interessam os remédios?

2 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a medicamentos essenciais

15% da população consomem acima de **90%** dos remédios

90% dos recursos em pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos são para as doenças dos **20%** mais ricos

Só **1%** dos medicamentos desenvolvidos nos últimos **25** anos foi para doenças tropicais e tuberculose

A indústria farmacêutica é hoje um dos maiores cartéis mundiais. Em 2003, faturou **US\$ 406 bilhões (US\$ 8 bilhões somente no Brasil)**

Fonte: Relatório Situação Mundial da Medicina (2004), elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



SAÚDE Justiça analisa milhares de ações que pedem a obrigatoriedade do fornecimento de medicamentos

Batalha por tratamento nos tribunais

A Justiça analisa milhares de ações que pedem a obrigatoriedade do fornecimento de determinados medicamentos que, atualmente, não figuram na lista de remédios excepcionais do Ministério da Saúde. Na primeira instância, é comum a reivindicação dos pacientes ser atendida pelos juízes. Porém, nos tribunais superiores, o Judiciário tem admitido a tese da prevalência dos interesses da coletividade, reconhecendo a importância da racionalização dos gastos terapêuticos.

No Supremo Tribunal Federal (STF), decisão recente da ministra Ellen Gracie suspendeu os efeitos de uma sentença que obrigava o estado de Alagoas a fornecer medicamentos fora da lista definida pela Portaria 1.318, do Ministério da Saúde, que disciplinou a distribuição de remédios excepcionais no período de 23 de julho de 2002 a 26 de outubro de 2006.

Há ainda o problema dos pedidos de prisão para secretários de Saúde, feitos pelo Ministério Público, cada vez mais frequentes em todos os estados, revelou o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Osmar Terra. No Espírito Santo, lamentou o dirigente, chegou-se ao ponto de o secretário ser preso por não fornecer um medicamento que o laboratório, comprovadamente,

não tinha condições de entregar naquele momento.

Segundo Terra, a questão precisa ser urgentemente resolvida, pois mais de 20% dos medicamentos excepcionais distribuídos não servem para os devidos fins, o que significa gasto desnecessário. De acordo com ele, a solução do problema passa pelo projeto de lei do senador Tião Viana.

Terra enumerou algumas distorções que vêm ocorrendo frequentemente nos medicamentos distribuídos por meio de ações judiciais. Segundo ele, para o tratamento de hepatite C, é utilizado o medicamento Interferon Alpha, mas os laboratórios aumentaram uma molécula na fórmula e o nome passou a ser Interferon Peguilado. De acordo com Terra, o efeito continuou o mesmo, mas o preço do medicamento subiu de R\$ 3 mil para R\$ 50 mil.

Segundo o presidente do Conass, alguns laboratórios farmacêuticos estão aproveitando essa porteira aberta para obter lucros aviltantes. De cada cem medicamentos experimentais, prossegue, apenas dois apresentam resultado, só que o laboratório cobra, no preço final, os investimentos feitos sobre os outros 98.

A questão legal é de difícil solução e passa pelas diferentes interpretações da mais importan-

te lei do país: a Constituição. A Carta Magna lista tanto a "vida" quanto a "saúde" entre os direitos e garantias dos brasileiros. A saúde é inserida como direito "social", definida como "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Em suas ações na Justiça, os usuários de medicamentos não constantes das tabelas do Ministério da Saúde invocam o artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição, para reivindicar que uma norma constitucional de eficácia plena teria aplicabilidade direta, imediata e integral, sem a necessidade de regulamentação (no caso, as portarias e listas que o Ministério da Saúde produz para definir quais remédios serão ou não distribuídos gratuitamente pelo SUS).

A visão da administração pública é oposta. Para ela, o direito à saúde seria norma de eficácia contida e, como tal, pode ter seus efeitos reduzidos por leis e portarias. Os governos federal e estaduais, que arcam com os custos do sistema, sustentam que a existência das listas estaria associada "à hierarquização do cuidado à saúde e não à obrigação de dispor de todos os produtos e instrumentos terapêuticos disponíveis", prevista na Lei 8.080/90, que criou o SUS.



Eliana Impiglia obteve na Justiça medicação especial para a filha

Na primeira instância, é comum pacientes serem beneficiados

A judicialização da assistência farmacêutica

LUIZ CARLOS ROMERO

Médico sanitário, consultor legislativo do Senado Federal

O crescimento do número de ações judiciais impetradas contra gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) é exponencial desde 2003. Se essa tendência se mantiver, é esperado que ocorram cerca de 250 mil novas ações neste ano. O grande número de ações que pleiteiam a dispensação de medicamentos evidencia a ocorrência de dois fatos concorrentes: a insuficiência da assistência farmacêutica prestada tanto pelo SUS quanto pelos planos de saúde e a atuação inescrupulosa de pessoas, de representantes de multinacionais farmacêuticas e de advogados que se consorciaram para forçar mercados para seus produtos ou simplesmente para se apropriar de recursos públicos.

O principal componente do problema é que diversas secretarias estaduais e municipais de Saúde não cumprem o mínimo de investimentos obrigatórios em saúde determinado pela Constituição e não investem em assistência farmacêutica.

Não são raras as secretarias que entregam a gestão de seus programas de assistência farmacêutica a pessoas despreparadas e os medicamentos na mão de almoxarifes. Da mesma forma, não é incomum a insuficiência ou inadequação de farmácias, depósitos, meios de transporte e controle de estoques de medicamentos nas redes estaduais e municipais, disso resultando grandes perdas e carências recorrentes. Sem acesso aos medicamentos de que necessitam, resta aos pacientes a via judicial.

Mas não é só a assistência farmacêutica que não funciona: também é insatisfatória a atu-

ação das assessorias jurídicas das secretarias de Saúde. Em decorrência, na grande maioria das causas, a liminar é concedida sem que os réus apresentem defesa, agravem, solicitem a produção de provas ou mesmo compareçam às audiências. Tampouco os representantes do Ministério Público – cuja intervenção é necessária nesses casos – conseguem a informação ou o assessoramento de que necessitam para atuar. O resultado é, na maior parte das vezes, uma decisão pouco informada e solitária do juiz.

Aproveitando-se dessa situação de indigência jurídica dos gestores estaduais e municipais

do SUS, representantes de indústrias farmacêuticas detentoras de patentes de medicamentos de alto custo e destinados ao tratamento de doenças raras identificam e

incentivam pacientes e famílias a se organizar e buscar, pela via judicial, o fornecimento, pelo SUS, dos medicamentos de que necessitam. Mesmo que o autor da ação seja beneficiário de um plano de saúde, raramente as operadoras são acionadas.

Em que pese a importante elevação dos gastos do SUS com assistência farmacêutica ocorrida nos últimos anos, essa judicialização excessiva está comprometendo volumes crescentes dos recursos destinados à assistência farmacêutica básica e das doenças de alta prevalência.

Os pacientes e seus defensores, por seu lado, temem que a aprovação, no Congresso, de proposição legislativa que limite a judicialização da assistência farmacêutica do SUS dificulte mais ainda o acesso a medicamentos. Para muitos deles, esperar mais do que já esperam pelo tratamento pode custar a vida.

Estados arcam com 36% dos custos

Em quatro anos, o programa de distribuição de medicamentos excepcionais dobrou os gastos, passando de R\$ 1,05 bilhão em 2003 para R\$ 2,3 bilhões em 2006. Atualmente, cerca de 450 mil brasileiros recebem gratuitamente os remédios de alto custo. Esse crescimento vertiginoso impacta os gastos com a Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS), que engloba ainda a distribuição de medicamentos chamados estratégicos e os de atenção básica.

Há três semanas, durante audiência na Comissão de Seguridade Social da Câmara, o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Osmar Terra, advertiu que a espiral de gastos precisa ser tratada com urgência, para "não afetar a sustentabilidade financeira do sistema de saúde".

Originalmente, o programa era de responsabilidade do Ministério da Saúde, mas com o aumento significativo das demandas por esse tipo de remédio, a

participação das secretarias estaduais de Saúde no co-financiamento veio crescendo, até chegar ao nível atual de 36% do total. Somente o estado de São Paulo aplicou, em 2002, R\$ 200 milhões nesses remédios.

– Ainda não foi pactuado com o Ministério da Saúde o percentual desse co-financiamento para os estados, mas o Conass defende que o governo federal deve ser responsável por 80% – explicou o assessor do conselho, René Santos, na mesma audiência.

Problemas se acumulam

Auditoria do Tribunal de Contas da União aponta erros na distribuição dos medicamentos de alto custo

Concentração de gastos em poucos estados
57,2% do R\$ 1,55 bilhão gasto pelo Ministério da Saúde entre 2001 e 2003 foram para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

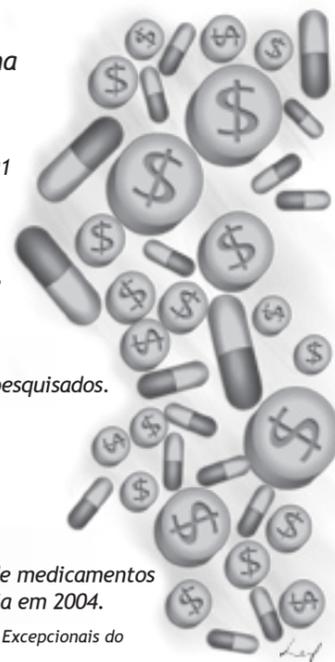
Divisão irregular dos custos entre União e estados
Diferenças de 356%. Minas Gerais contribuiu com apenas 16,9%, enquanto o Pará arcou com 76,3% das compras.

Preços pagos pelos medicamentos
Variações de 531% nos preços unitários médios de quatro remédios pesquisados.

Dependência dos laboratórios estrangeiros
Apenas 8 princípios ativos da lista de 105 medicamentos eram produzidos por laboratórios oficiais.

Aumento das pendências legais
Em todo o país, ações na Justiça em busca de fornecimento gratuito de medicamentos excepcionais cresceram de 1 a 2 por dia em 2002 para 4 a 5 ações/dia em 2004.

Fonte: Auditoria do TCU realizada sobre o Programa de Dispensação de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde



DESBUROCRATIZAÇÃO Aprovado há dez anos, novo sistema de identificação pode finalmente ser implementado

Uma só identidade para cada brasileiro

Para melhorar a segurança pública e as investigações criminais, a Polícia Federal trabalha num sistema único de identificação, pelo qual o cidadão teria um número único, a ser usado em substituição às dezenas de documentos que recebe ao longo da vida, como título de eleitor e Cadastro de Pessoa Física (CPF) (veja quadro na pág. 11).

Além da Polícia Federal, um grupo ligado à Universidade de Brasília (UnB), liderado pelo professor Ricardo Puttini, já trabalha com a possibilidade de a lei sair do papel (ver pág. 11) quer levar sua proposta à Casa Civil. Segundo os especialistas, a tecnologia para isso já garantiria um sistema eficiente, capaz de desburocratizar a vida das pessoas, dar mais transparência nas relações da sociedade e melhorar a segurança pública.

O sistema está previsto em lei (Lei 9.454/97), mas precisa ser regulamentado para ser posto em prática. A idéia surgiu em 1992, a

partir de projeto de Pedro Simon (PMDB-RS), apresentado em meio à crise da chamada CPI do PC Farias. Foram revelados casos de uso de CPFs em nome de "fantasmas", para movimentação de contas bancárias fraudulentas.

A regulamentação deveria ter sido feita pelo Executivo no prazo de seis meses, mas já se passaram dez anos desde a sanção da lei.

Uma minuta de decreto chegou a ser apresentada pela comissão interministerial criada no Ministério da Justiça. Mudanças no comando da pasta (Iris Rezende foi substituído por Renan Calheiros em 1998) e a dissolução da comissão interministerial engavetaram a proposta até hoje.

Na época, também foram apontadas dificuldades na implantação do sistema, já que apenas uma empresa estrangeira poderia oferecer a tecnologia escolhida. A evolução digital nessa década barateou o projeto, que, agora, tem nova chance de ser implementado.

Constituição veda uso de dados contra cidadãos

A identificação de todos os cidadãos por um mesmo número, gerenciado pela força policial, traz consigo o temor do excesso de controle do Estado sobre a vida das pessoas. Para evitar que uma iniciativa como o documento único leve a uma vigilância exagerada da população, como na figura do Big Brother, do livro *1984*, de George Orwell, a Constituição de 1988 impede que civis sejam tratados como criminosos antes de julgados.

No título que trata das garantias individuais, o artigo 5º estabelece que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e, no inciso 58, proíbe que a pessoa identificada civilmente seja submetida a identificação criminal, exceto em hipóteses previstas em lei.

O diretor técnico-científico da PF, Geraldo Bertolo, afasta esse risco na proposta do órgão de implantar o Registro de Identificação Civil (RIC).

– Vamos cumprir a Constituição-Cidadã. O Estado tem que garantir que aquela pessoa é realmente quem diz ser na documentação; tem que garantir se a pessoa tem ou não antecedentes criminais. O documento automatizado significa apenas que o sistema de busca será mais ágil e eficiente – garante.

Segundo Bertolo, responsável pelo sistema nacional de identificação criminal, o sistema civil não será preparado para pesquisa de fragmentos de impressões digitais, como no criminal.

– Não poderá ser feita uma busca de criminoso em uma base de dados civil. Não vemos problemas de constitucionalidade – afirmou.

Sobre a necessidade de o banco de dados ficar sob responsabilidade policial, Bertolo



RG, CPF, passaporte, carteira de trabalho, título de eleitor, habilitação etc. Vinte e um documentos podem virar um único

argumenta que, atualmente, o registro civil já é feito por órgãos de segurança.

– A identificação do cidadão nasce na identidade e não foi por outro motivo que a regulamentação da legislação de 1997 foi delegada ao Ministério da Justiça. A identidade é o único documento que a pessoa tira a qualquer momento da vida. Outros como o título de eleitor, a carteira de trabalho, de motorista, entre outros, só podem ser expedidos a partir de certa idade – argumenta.

Bertolo entende que a pessoa de boa-fé só tem a ganhar com o sistema, já que a criação de pessoas fictícias, "fantasmas" ou "laranjas" que lesam a sociedade, seria evitada.

Mais que isso, o sistema informatizado de identificação criminal, disse Bertolo, já demonstrou a eficiência da automação, interligando todas as secretarias estaduais de Segurança Pública. Esse banco de dados, já implantado, usa a mesma tecnologia que servirá de base para o RIC, pelo projeto da PF. Porém, afirma o diretor, para não desrespeitar a Constituição, eles não serão interligados.

O gerenciamento do banco de dados de um sistema de documento único é um dos pontos

de discórdia do projeto. Uma proposta de decreto desenvolvida em conjunto pelo grupo da UnB e o gabinete do senador Pedro Simon (PMDB-RS), por exemplo, sugere a criação de um novo órgão com essa competência.

Sistema moderno ajuda a resolver crimes

A identificação criminal é feita por meio da coleta de informações biométricas (principalmente impressões digitais) de suspeitos em locais onde foram registrados delitos. Essas informações são, então, introduzidas no banco de dados, permitindo que, por meio de ferramentas de busca digitais, seja encontrado alguém com características semelhantes.

Bertolo narra que o novo sistema já ajudou no esclarecimento de um crime, cujo suspeito ainda não havia sido identificado. Na Operação Toupeira, realizada há um ano, 28 pessoas foram presas no Rio Grande do Sul, flagradas escavando um túnel até as caixas-fortes de dois bancos em Porto Alegre. Quando as impressões digitais dos presos foram incluídas no banco de dados, descobriu-se que um dos presos na operação tinha participado também do seqüestro de um gerente da Caixa Econômica Federal em Alagoas.



Professor Ricardo Puttini demonstra sistema desenvolvido pela UnB, no gabinete do senador Pedro Simon, autor do projeto

RG atual é obsoleto, mas transição para novo documento levaria anos

A carteira de identidade usada atualmente é um documento obsoleto. A afirmação é do diretor técnico-científico da Polícia Federal (PF), Geraldo Bertolo, que tem como uma de suas prioridades a implantação do documento de identidade único ou Registro de Identificação Civil (RIC).

– Pela lei, o documento de identidade como conhecemos já está vencido. Hoje, em tese, o cidadão pode tirar 27 carteiras de identidade, uma em cada estado, já que tem como base a certidão de nascimento, que pode ser facilmente fraudada. Não se pode garantir que a pessoa que apresenta a identidade seja realmente ela. Com o documento único, o Estado passaria a garantir a unicidade da pessoa – afirma Bertolo, apontando o atual documento de

identidade como um dos responsáveis pelo grande número de fraudes e estelionatos praticados no Brasil.

O projeto para implantação do RIC já está pronto e foi encaminhado pela PF ao Ministério da Justiça. Segundo Bertolo, a PF já dispõe da estrutura necessária, o que inclui um sistema automatizado de impressões digitais que permite que todos os cidadãos registrados tenham suas informações biométricas em um mesmo banco de dados.

A tecnologia escolhida pela PF, adotada também pelo FBI (a PF americana), pela Interpol e outros países, já é usada para

as informações criminais, de estrangeiros, de passaportes e dos funcionários da própria corporação.

Dessa forma, Bertolo afirma que conta com pessoas preparadas para o gerenciamento do sistema, que deverá envolver

ainda outras áreas do governo, como o Ministério da Ciência e Tecnologia e os institutos de identificação de cada estado. Orçado em cerca de R\$ 700 milhões em cinco anos, o projeto poderia ser financiado por meio de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sediado em Washington, onde já foi apresentado por técnicos da PF.

Projeto custaria R\$ 700 milhões e poderia ser custeado pelo BID

Ainda que implique gastos, o sistema, diz Bertolo, representaria economia de recursos públicos, uma vez que inibiria as fraudes com CPFs falsos e com benefícios da Previdência Social, por exemplo.

Transição pode durar quase uma década

Pelo projeto, haverá um período de transição entre o sistema atual até que o documento único seja integralmente adotado. Segundo Bertolo, em um primeiro momento, apenas quem fosse tirar uma nova identidade ou obter o documento pela primeira vez seria incluído no sistema. Implantada essa parte, há a possibilidade de o governo promover campanhas para a troca de cerca de 20 milhões de documentos a

cada ano, o que levaria quase uma década para completar o trabalho.

– Conviveríamos com o sistema híbrido por muitos anos ainda. A fase de transição seria, em última instância, o processo natural de substituição da população – explica Bertolo.

A idéia é que, mais tarde, o documento sirva também como CPF, título de eleitor e assim por diante. Bertolo reconhece que outros órgãos, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), têm muito zelo em relação a suas bases de dados e mecanismos de controle, mas frisou que está disposto a conversar e argumentar sobre as vantagens do documento único a partir de um único sistema automatizado, sob a responsabilidade da PF.

DESBUROCRATIZAÇÃO Aprovado com rapidez pelo Congresso, novo sistema espera há dez anos para sair do papel

Senadores só apontam vantagens no novo sistema

O projeto que deu origem à lei que instituiu o documento único foi aprovado por unanimidade no Senado em 1996 e, no ano seguinte, na Câmara. Nas discussões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e em Plenário, os senadores apontaram as vantagens do registro civil unificado.

Entusiasta da idéia, Simon desde então dizia não compreender por que tal sistema ainda não fora implantado.

– Com ele, não tem mais essa história de o cidadão se casar em Porto Alegre com um nome, com um número tal, fugir com outro número, sair da cadeia, pegar vários títulos diferentes etc. Não, ele terá um número que o acompanhará, que estará no arquivo geral e será o número dele desde o nascimento até a morte. Por que tantos números, se posso ter apenas um e ser conhecido por ele? – questionou Simon em 1996.

Ex-diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma (DEM-SP) assegurou que a proposta sempre foi um dos objetivos da área de segurança.

– A criminalidade usa a identidade de cada estado para fugir da responsabilidade criminal, ou seja, sempre há primariedade no caso das suas condenações – afirmou à época.

Há mais de dez anos, Tuma já reclamava da demora na implantação do registro único. Ele relatou que, em 1996, já havia o

Registro Nacional de Estrangeiros, porém o recadastramento então previsto “estava sendo dificultado porque o governo não alocou verbas para esse fim”.

– O Estado até hoje não o colocou em execução por falta de verbas. O que foi feito nos últimos anos tende a se perder porque não há interesse público em dar continuidade a esse processo – reclamou.

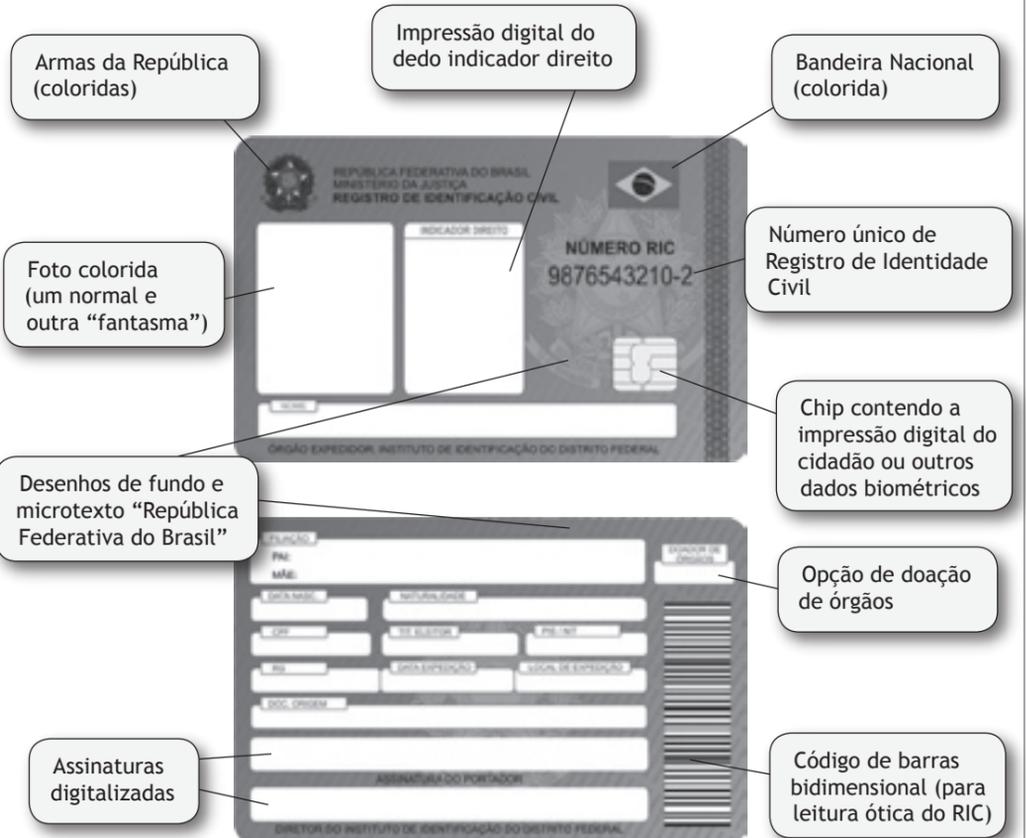
Para Tuma, com o registro criminal já implantado, o cidadão de bem ficará mais tranqüilo, porque dificilmente será confundido com outra pessoa que possa usar sua documentação, extraviada ou furtada, para registrar-se em outros locais do país e cometer delitos.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) entende que o documento único, quando implementado, terá o poder de diminuir a burocracia e reduzir problemas com homônimos (pessoas com nomes iguais). Mais ainda, ele destaca o potencial de redução de custos operacionais.

– Na era da informática, em que é possível ter, em cartões plastificados, um volume de informações sintéticas e bem organizadas, podemos imaginar soluções que, em outros países, constituem fator para se evitar fraudes. Essa solução, de um cartão magnético com a impressão digital, poderá colaborar muito para que, inclusive aqui no Brasil, não tenhamos as fraudes que, por vezes, o INSS registra – afirmou Suplicy.

Proposta da Polícia Federal para o cartão do Registro de Identidade Civil (RIC)

As duas faces, azuis, serão protegidas com laminado de segurança transparente, com elementos de segurança visuais variáveis, contendo textos, microtextos e imagens “com movimentos”.



Obs: O modelo acima, representado no tamanho especificado no projeto, foi desenhado para a fase de transição do documento, de dez anos (exceção feita ao chip). Depois disso, não haveria mais referência aos outros documentos.

Outros elementos de segurança

Outros dados

Sexo, condições particulares de saúde, para ajudar no atendimento de emergência (deve ser solicitado pela pessoa e comprovado por atestado médico).

Frente

1. Fundo de papel moeda duplex combinado com desenhos simétricos e fundo geométrico com linhas impressas.
2. Armas da República visíveis apenas sob ação de luz ultravioleta.
3. Desenho estilizado impresso com tinta óticamente variável.

Verso

1. Fundo de papel moeda duplex e Armas da República impressas com íris em desenho a traço.
2. Armas da República visíveis apenas sob ação de luz ultravioleta idênticas às da frente.

Documentos e números que o brasileiro deve e pode receber durante sua vida

1. Registro/Certidão de nascimento	12. Registro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)
2. Carteira de identidade	13. Registro no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
3. Carteira de trabalho	14. Passaporte
4. Título de eleitor	15. Conta bancária
5. Cadastro de Pessoa Física (CPF)	16. Cartão de crédito
6. Certificado de reservista (dispensa do serviço militar)	17. Carteira de estudante
7. Carteira de motorista	18. Carteira do plano de saúde
8. Registro/Certidão de casamento	19. Carteira de identidade funcional
9. Registro/Certidão de separação	20. Carteira de clubes esportivos, sociais, recreativos
10. Registro profissional (de acordo com a categoria profissional)	21. Registro/Certidão de óbito
11. Registro no Programa de Integração Social (PIS/Pasep)	

Fonte: Justificativa aos PLs 32/95 e 120/92, do senador Pedro Simon.



Senador Pedro Simon observa modelo de nova identidade, proposto pela UnB: idéia engavetada pelos governos por dez anos

Já testado, modelo criado pela UnB custaria R\$ 10 por cartão

Paralelamente ao trabalho da PF para tornar o documento único realidade, um grupo do Núcleo de Tecnologia de Informática da Universidade de Brasília (UnB) desenvolve, desde 2002, um sistema inspirado na possibilidade de regulamentação da Lei 9.454/97.

O modelo tem sido submetido a testes desde 2003 e, de acordo com pesquisadores e empresas envolvidos no seu desenvolvimento, mostra plenas condições tecnológicas de implantação imediata, inclusive em termos de viabilidade financeira.

– Já existe a produção em grande escala, graças à redução de custos das tecnologias. O chip contido no cartão sai por menos de US\$ 1 e o cartão inteiro sairia por R\$ 10, ou seja, mais barato que os diversos documentos cuja emissão hoje é necessária – afirmou um dos membros do grupo, professor Ricardo Puttini, que recentemente apresentou, no gabinete de Pedro Simon (PMDB-RS), o sistema desenvolvido na universidade.

Puttini informa que o sistema adotou os mais modernos mecanismos contra fraudes,

com proteção segundo padrões internacionais de criptografia. As metodologias de registro, explicou, permitem que a interferência humana seja verificável.

Como na proposta da PF, o cartão de identificação da proposta da UnB traria a foto e um chip com informações biométricas (impressão digital, entre outras). Os técnicos da universidade também acreditam que, em cinco anos, seria possível cadastrar 146 milhões de pessoas no banco de dados do documento único.

Segundo Puttini, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já está

em estágio avançado de avaliar a adoção do sistema desenvolvido pela UnB para melhorar os padrões de segurança e confiabilidade do título de eleitor. A criação de um novo banco de dados para os títulos de eleitor passaria por um recadastramento, que também teria uma fase de transição de cinco a seis anos. Assim como a PF, o TSE também concordaria em compartilhar a base de dados com outros órgãos.

Depois dos detalhamentos técnicos e do levantamento de custos, a implantação do projeto no TSE espera a aprovação de

orçamento. A expectativa do pessoal da UnB é que o uso do sistema para os títulos de eleitor sirva como piloto para a adoção do documento único.

Além de Puttini, o grupo da UnB envolve outras 20 pessoas, como os professores Rafael de Sousa e Mamede Lima Marques. O financiamento do projeto ficou a cargo de parceiros privados que constituem o Grupo SUI (Sistema Único de Identificação), para fornecimento de tecnologia e a contratação de especialistas em biometria e software, por exemplo.

ÉTICA Para garantir direitos políticos, Joaquim Roriz renunciou ao mandato antes de ser notificado de processo



Mão Santa (E) lê carta de renúncia em sessão presidida por Gilvam Borges (sentado); com sua saída, Roriz (D) afasta o risco de ficar inelegível até 2022, quando terá 86 anos

Gim deve assumir no lugar de Roriz

A assessoria do empresário Gim Argello, primeiro suplente do ex-senador Joaquim Roriz, confirmou na quinta-feira que ele assumirá o mandato de senador pelo Distrito Federal. Roriz renunciou ao mandato na noite de quarta-feira, depois que a Mesa do Senado acolheu representação do PSOL por quebra de decoro.

Em gravações feitas pela Polícia Civil do Distrito Federal durante a Operação Aquarela, Roriz aparece conversando com Tarcísio Franklin de Moura, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), sobre a divisão de R\$ 2,2 milhões sacados naquele banco – quantia que, segundo a revista *Veja*, teria sido usada para o suborno de juízes.

A nota afirma que Gim “lamentava o fato de assumir o mandato de senador da República para substituir, de forma intempestiva, o senador Joaquim Roriz”, e diz que ele respeitará o “compro-

misso firmado com a população do Distrito Federal nas últimas eleições”.

Gim Argello é bacharel em Direito por uma faculdade particular regional (Fiplac), tem 44 anos e nasceu em São Vicente (SP). Mudou-se ainda criança para Taguatinga, uma das principais cidades-satélites do Distrito Federal. É casado, com dois filhos.

O empresário foi corretor de imóveis e é integrante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci). Ingressou na vida política há 23 anos, participando inclusive da fundação do PFL no DF. Foi eleito deputado distrital pela primeira vez em 1998, sendo reeleito em 2002. Ocupou a presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal entre 2001 e 2002 e a vice-presidência em duas ocasiões.

Em março de 2005, filiou-se ao PTB e é, até hoje, presidente da legenda no DF. No mesmo mês assumiu a Secretaria do Trabalho

do governo Joaquim Roriz. Gim é também vice-presidente nacional do PTB.

Assim que Gim Argello tomar posse no Senado, o juiz Roberval Belinati, da 1ª Vara Criminal do DF, enviará ao Supremo Tribunal Federal (STF) a documentação e as informações referentes a ele apuradas na Operação Aquarela. A informação foi prestada pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP).

– Ele [Belinati] disse que há comprometimento sério [de Gim]. E que, se a Corregedoria do Senado abrir qualquer procedimento investigatório, encaminhará esses documentos para a Casa – declarou Tuma, que se reuniu na manhã de sexta-feira com o juiz, que é responsável pelo processo resultante da Operação Aquarela.

O suplente direto de Gim no Senado, com a renúncia de Roriz, é o engenheiro Marcos de Almeida Castro.

Gravações comprometeram ex-senador

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) renunciou na quarta-feira passada ao mandato parlamentar em virtude de uma representação por quebra de decoro parlamentar apresentada pelo PSOL contra ele no Conselho de Ética do Senado.

A representação contra Roriz foi feita após a divulgação de conversas telefônicas que o mostraram negociando a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do BRB (Banco de Brasília), Tarcísio Franklin de Moura. A partilha seria feita no escritório do empresário Nenê Constantino, presidente do Conselho de Administração da empresa aérea Gol.

As gravações foram realizadas durante a Operação Aquarela, da Polícia Civil do Distrito Federal, que desbaratou um esquema de desvio de dinheiro do BRB.

O ex-governador negou as acusações e disse que pediu um empréstimo de R\$ 300 mil a Nenê – quantia descontada de um cheque de R\$ 2,2 milhões do empresário. O dinheiro, segundo ele, teria sido usado para comprar uma bezerra e ajudar um primo.

Nos dias anteriores à renúncia, as denúncias contra Roriz ganharam força com a publicação de uma reportagem da revista *Veja*, informando que Roriz teria usado parte dos R\$ 2,2 milhões para subornar juízes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Distrito Federal em processo contra ele nas eleições do ano passado.

A imprensa publicou que Roriz tentou articular um pedido de renúncia em bloco. Ou seja, renunciariam ele, o primeiro suplente, Gim Argello, e o segundo, Marcos de Almeida Castro.

A renúncia em bloco abriria uma vaga de senador pelo Distrito Federal, já que não haveria substitutos para Roriz. Com isso, a Justiça Eleitoral teria que convocar nova eleição no prazo de 90 dias. Assim, Roriz poderia ser eleito novamente para o Senado.

Com a renúncia, Roriz evita o processo que poderia cassar seu mandato e torná-lo inelegível até 2022 – quando terá 86 anos (ele

completa 71 anos em agosto). Como o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que notificaria Roriz na quinta passada, o senador peemedebista encaminhou na noite anterior sua carta de renúncia. Para evitar o processo, Roriz precisava renunciar antes de ser notificado.

Roriz frisou que sua decisão foi tomada em respeito aos eleitores do DF. Ele se mostrou magoado com o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), que disse que as denúncias contra o colega eram graves.

Roriz disse que o corregedor não se ateu às cautelas éticas.

O peemedebista também se queixou da falta de coleguismo, já que somente 12 senadores acompanharam seu discurso de defesa. Na quarta-feira, somente cinco senadores estavam no Plenário durante a leitura da carta de renúncia por Mão Santa (PMDB-PI).

Mão Santa lê carta de renúncia e defende colega

A leitura do ato de renúncia foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que disse lamentar e sofrer com a decisão de Roriz “assim como vai lamentar e sofrer o povo pobre de Brasília”. E defendeu Roriz. Para ele, a gravação feita pela Polícia Civil do Distrito Federal de um telefonema em que Roriz trata da partilha de mais de R\$ 2 milhões, não passa de “um telefonema entre dois amigos ricos”.

– Eram dois homens ricos. Seria como R\$ 5 mil entre mim e o Sibá [Machado (PT-AC)]. Seria somente a palavra; quando pudesse, um devolveria ao outro – ressaltou, em discurso na quinta-feira.

Mão Santa referia-se ao empresário e agropecuarista Nenê Constantino, como se a conversa gravada fosse entre ele e Roriz. Na verdade, Nenê é citado na gravação como dono do escritório onde seria feita a partilha do dinheiro. O cheque de R\$ 2,2 milhões também seria de Nenê. Lembrando o fato de Nenê ser o pai dos donos da empresa aérea

Gol, o senador perguntou ao colega Heráclito Fortes (DEM-PI) que, segundo ele, “entende de avião”, quanto custaria uma aeronave da empresa, para mostrar o quanto Nenê é um homem rico.

Heráclito Fortes preferiu não declinar valores “para preservar essa empresa, que é um patrimônio nacional”. Ele acrescentou que os atos do empresário Nenê Constantino, como pecuarista, são isolados dos atos da companhia aérea Gol.

Após a leitura da carta de renúncia, o senador Magno Malta (PR-ES) se disse entristecido pela renúncia, mas defendeu a decisão da Mesa de encaminhar ao Conselho de Ética pedido do PSOL para abertura de processo por quebra decoro. Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu Roriz e afirmou que o Senado precisa aprender a julgar. José Nery (PSOL-PA) lamentou o fato de Roriz não ter aguardado seu julgamento pelo Conselho de Ética.

Roriz foi quatro vezes governador do DF

O ex-senador Joaquim Roriz governou o Distrito Federal em quatro ocasiões. A primeira foi entre 1988 e 1990, por indicação do então presidente da República José Sarney. Naquele mesmo ano, saiu vitorioso na primeira eleição direta para governador de Brasília.

Em 1994 não concorreu ao cargo, voltando a disputar em 1998, quando derrotou em pleito acirrado o atual senador Cristovam Buarque, então do PT. Foi reeleito em 2002 com apenas 4.222 votos de vantagem sobre o petista Geraldo Magela.

Marcou suas gestões em Brasília com a realização de grandes obras viárias e o início da construção do metrô da cidade. Além disso, obteve grande apoio popular com sua política fundiária, que permitiu a criação de cidades como Samambaia e Santa Maria.

Também ficou marcado por investigações que correm contra ele por diversos delitos: racis-

mo, improbidade administrativa, falsidade ideológica e crimes contra a fé pública.

Antes de governar Brasília, Roriz foi deputado estadual, deputado federal e vice-governador de Goiás e prefeito de Goiânia. Ocupou brevemente o cargo de ministro da Agricultura no governo de Fernando Collor.

Roriz foi eleito senador em 2006 com 657.217 votos, ou 51,8% dos votos válidos. Ocupou a cadeira de Valmir Amaral (PTB), que por sua vez era suplente do ex-senador Luiz Estevão, cassado por corrupção.

De acordo com a declaração enviada à Justiça Eleitoral, o patrimônio de Roriz soma quase R\$ 4,5 milhões, distribuídos entre uma casa, duas fazendas, 6,2 mil cabeças de gado, tratores, participações em empresas e aplicações financeiras.

Roriz nasceu em Luziânia (GO), em 1936. É pecuarista, casado e pai de três filhas.

ÉTICA Renan Calheiros e o PSOL, autor da representação, podem pedir novos quesitos à perícia da Polícia Federal

Perícia deve terminar após o recesso

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar concluiu nesta segunda-feira a lista dos documentos a serem requisitados ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e submetidos posteriormente à perícia na Polícia Federal. O exame na documentação foi retomado como parte das novas investigações que o conselho resolveu fazer antes de julgar a representação contra o presidente do Senado.

Renan Calheiros recebe a lista nesta terça-feira e terá cinco dias – ou seja, até sábado – para atender à solicitação. Os novos relatores decidiram ainda dar ao presidente do Senado e ao PSOL, autor da representação, a oportunidade de apresentar quesitos adicionais ao trabalho de perícia. Eles poderão solicitar esclarecimentos dos peritos sobre pontos específicos.

– Isso não é protelação. Temos que fazer o que é correto, para que nossas decisões não sejam contestadas mais tarde – disse Marisa Serrano.

Renan já encaminhou ao con-

selho notas fiscais, guias de transporte e comprovantes de vacinas para atestar renda de R\$ 1,9 milhão com a venda de gado entre 2003 e 2006. O Instituto de Criminalística da PF periciou os documentos e encontrou várias incongruências, mas observou que, em face do prazo muito curto, não pôde concluir o trabalho. Agora terá pelo menos 20 dias para analisar a documentação.

A conclusão da perícia ficou decidida após a Mesa resolver, por unanimidade, dar continuidade ao processo contra Renan.

O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e dois dos três novos relatores da representação – Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS) – acertaram os próximos passos das investigações em encontro com o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda. O outro relator, Almeida Lima (PMDB-SE), não pôde comparecer, por problemas de saúde.

A decisão sobre o processo contra Renan deve ocorrer somente após o recesso parlamentar.

Três senadores dividem a relatoria do processo

Depois de intensas negociações, na terça-feira, o presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, indicou uma comissão de três senadores para a relatoria da representação contra Renan Calheiros.

Aliado do presidente do Senado, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) divide a tarefa com a senadora oposicionista Marisa Serrano (PSDB-MT) e com o senador Renato Casagrande (PSB-ES), da base de apoio do governo, que já tinha sido convidado por Quintanilha.

Antes de aceitar a relatoria, Almeida Lima afirmou que o conselho “não pode se transformar em um tribunal de exceção”, sem seguir os trâmites processuais. Ele defendeu a atitude de Quintanilha, que havia devolvido a representação à Mesa, para “sanar eventuais vícios processuais”.

Ainda na terça-feira, os outros dois relatores se somaram aos apelos, em Plenário, para que o presidente Renan Calheiros se afaste do cargo enquanto durarem as investigações no Conselho de Ética.

Parlamentares pressionam por afastamento de Renan

Vários senadores pediram, na terça-feira passada, o afastamento do presidente do Senado enquanto durarem as investigações no Conselho de Ética. O senador Jefferson Péres (AM), líder do PDT, leu nota da bancada do partido recomendando a Renan Calheiros que se afaste temporariamente. Em seguida, o líder do PSDB, Arthur Virgílio, subiu à tribuna para fazer o mesmo: pediu a Renan, que presidia a sessão, que se afaste do cargo enquanto durarem as investigações. Renan respondeu que, por ser inocente, não se retiraria da presidência.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reforçou o pedido.

– Para que a população entenda que há um processo limpo, sem interferências, sem manobras, sem nenhum tipo de truque que venha toldar a investigação, é absolutamente necessário que isso seja feito sem a presença de vossa excelência à frente desse processo – assinalou.

Jereissati argumentou que os problemas nos trabalhos do Con-

selho de Ética, como as trocas de presidentes e de relatores, foram vistos pela sociedade até como farsa. A devolução da representação à Mesa teria, segundo ele, feito com que o Senado, que já está desacreditado, se tornasse motivo de zombaria. Jereissati ressaltou ainda que os que pedem o afastamento do presidente não agem com o objetivo de prejudicá-lo.

Quatorze senadores apoiaram o discurso. José Agripino (RN), líder do DEM, disse que, apesar do respeito por Renan, tem mais apreço pela instituição. Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reforçaram pronunciamentos anteriores, no mesmo sentido. José Nery (PSOL-PA), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Demostenes Torres (DEM-GO) pediram o aprofundamento das investigações.

Valdir Raupp (PMDB-RO) e Almeida Lima pronunciaram-se em favor da decisão de Renan Calheiros de permanecer na Presidência do Senado.



Leomar Quintanilha (C) fala à imprensa, na sede da PF, ao lado de Casagrande e Marisa Serrano

Renan Calheiros se declara inocente

Durante a semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a afirmar, várias vezes, sua inocência quanto às acusações de ter despesas pessoais pagas por meio do lobista Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior.

– Em nenhum momento pedi a presunção da inocência. Inverti o ônus da prova; fiz sempre a prova contrária. Estão aqui todas as provas – disse, enquanto mostrava aos repórteres um documento com o título “O Dossiê Ignorado – A defesa do senador Renan Calheiros”.

Na terça-feira, logo após tomar conhecimento da decisão da Mesa de devolver o processo ao Conselho de Ética, o presidente do Senado afirmou que a decisão foi tomada de maneira

democrática por seus colegas.

– Não arredarei o pé da Presidência do Senado e vou responder a absolutamente tudo. O que é fácil, porque não há nenhuma acusação formal contra mim – declarou.

Para ele, de nada adiantaria deixar o cargo de presidente.

– Algumas pessoas pensam que podem separar as instituições de seus componentes. Mas não podem. As instituições são seus componentes. Se há algum problema com algum, pune-se. Mas é preciso saber a razão pela qual se vai punir – disse.

Ele negou que haja crise no Senado, e disse que conta com a solidariedade de seus pares.

– Não há crise na instituição. O Senado tem deliberado mais do que a média e vai continuar

assim. Há uma maioria que vai se fazer valer sempre – lembrando que foi eleito presidente da Casa por duas vezes, sendo que, da segunda vez, alcançou 52 votos, contra os 28 dados ao segundo colocado, senador José Agripino (DEM-RN).

Renan também afirmou que setores da imprensa, que “tentaram derrubar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não conseguiram”, agora “querem fazer um terceiro turno” e tentam derrubá-lo, e assim desestabilizar o governo.

– Estou fazendo o que o Brasil quer. Estou falando com vocês, falando a verdade, olhando nos olhos e mostrando os fatos. Espero que o povo brasileiro ganhe, porque o que está acontecendo é uma covardia.



Durante toda a semana, Renan Calheiros voltou a dizer que é inocente e acusou parte da imprensa de tentar derrubá-lo

Decisão da Mesa foi unânime

A Mesa do Senado decidiu, por unanimidade, devolver ao Conselho de Ética o processo contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. O anúncio foi feito na terça-feira por Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, logo em seguida à reunião que ele mesmo presidiu. A decisão ocorreu menos de 24 horas após o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha, ter remetido

o processo à Mesa.

Tião Viana declarou que “a Mesa reconhece a admissibilidade da representação do PSOL contra Renan e que ocorreram vícios na tramitação”. Segundo ele, cabe ao conselho tanto a correção de tais erros quanto a decisão de como será realizada a tramitação.

Com isso, todo o processo foi revalidado e as investigações sobre o presidente do Senado pu-

deram continuar de onde tinham parado.

Participaram da decisão, além de Tião Viana, os senadores Efraim Morais (DEM-PB), César Borges (DEM-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP), Gerson Camato (PMDB-ES), Magno Malta (PR-ES).

Renan Calheiros não participou da reunião que deliberou sobre a representação contra ele.

INFRA-ESTRUTURA Faltam investimentos há quase duas décadas, mas concessões a empresas podem reativar o setor

Especialistas dizem como tirar portos da estagnação

Os maiores entraves apontados para a regulamentação e desenvolvimento dos portos brasileiros estão nas áreas de gestão, planejamento e infraestrutura. Essa foi a conclusão de integrantes do governo e representantes da iniciativa privada durante audiência realizada na segunda-feira na Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

– O setor está estagnado desde a reforma do Estado, a partir de 1990 – disse Marco Guarita, representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), para quem “o Estado se afastou da produção e parou de investir nos portos”.

Assim, segundo Guarita, os investimentos só virão se a regulação do setor for baseada na estabilidade das regras, na segurança jurídica, visando atrair o investidor privado e proteger os usuários dos portos. Ele lembrou que já tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o assunto.

Sérgio Castanho, diretor-geral

da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), pediu uma proposta regulatória que permita um maior fluxo de navios nos portos. Segundo ele, a fila de navios fretados pelos exportadores de soja, parados em decorrência da falta de infra-estrutura nos portos, gera prejuízo diário em torno de US\$ 40 mil por navio.

Fernando Brito Fialho, representante da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq), cuja atribuição é fiscalizar e propor soluções para tirar o setor da estagnação, ressaltou que as concessões de portos para o setor privado começam a ser concretizadas.

– Já autorizamos 125 concessões de terminais em todos os portos – frisou.

Fialho apontou ainda a importância de uma maior utilização dos rios como via de transporte.

– A água não deve servir apenas para consumo ou para a extração de energia por meio de hidrelétricas, mas também para se integrar ao processo de desenvolvimento sustentável por meio das hidrovias, que retirariam do ar boa parte dos gases tóxicos emitidos por outros transportes, como o rodoviário – disse.



Caminhões fazem fila no porto de Paranaguá à espera de local para armazenar soja

MARLENE BERGAMO/FOLHA IMAGEM

Os maiores do mundo

Carga a granel

Veja os principais portos no transporte de carga a granel, como cereais. Para comparar, o porto de Santos, o principal do Brasil, movimenta **71,9 milhões** de toneladas ao ano.

Colocação	Porto	País	Carga por ano (em milhões de toneladas)
1	Xangai	China	443,0
2	Cingapura	Cingapura	423,0
3	Roterdã	Holanda	370,2
4	Ningbo	China	268,6
5	Cantão	China	250,9
6	Tianjin	China	241,4
7	Hong Kong	China	230,1
8	Nagóia	Japão	187,0
9	Qingdao	China	186,8
10	Dalian	China	170,0

Contêineres

Veja os principais portos no transporte de carga em contêineres. O porto de Santos recebe e envia **2,3 milhões** de contêineres por ano.

Colocação	Porto	País	Contêineres por ano (em milhões de unidades)
1	Cingapura	Cingapura	23,2
2	Hong Kong	China	22,6
3	Xangai	China	18,1
4	Shenzhen	China	16,2
5	Busan	Coréia do Sul	11,8
6	Kaohsiung	Taiwan	9,5
7	Roterdã	Holanda	9,3
8	Hamburgo	Alemanha	8,1
9	Dubai	Emirados Árabes	7,6
10	Los Angeles	Estados Unidos	7,5

Fonte: Institute of Shipping Economics and Logistics 2005 e porto de Santos

Por onde escoar a produção

O Brasil tem dezenas de portos, sejam terminais privados ou controlados pela União, estados e municípios. Veja os principais, em volume de carga

1 - Porto de Tubarão (ES)

Administração: Companhia Vale do Rio Doce (empresa privada)

Carga movimentada: 98,7 milhões de toneladas

Principais cargas: minério de ferro, derivados de petróleo, soja e fertilizantes

2 - Porto de Itaqui (MA)

Administração: Empresa Maranhense de Administração, 2Portuária (controlada pela União)

Carga movimentada: 85,9 milhões de toneladas

Principais cargas: derivados de petróleo, ferro gusa, soja, cobre, fertilizantes e calcário

3 - Porto de Santos (SP)

Administração: Companhia Docas do Estado de São Paulo (controlada pela União)

Carga movimentada: 71,9 milhões de toneladas

Principais cargas: açúcar, álcool, carvão, enxofre, veículos, soja, trigo, derivados de petróleo e sucos cítricos

4 - Porto de Itaguaí (RJ)

Administração: Companhia Docas do Rio de Janeiro (controlada pela União)

Carga movimentada: 67,1 milhões de toneladas

Principais cargas: carvão, coque, alumina, enxofre, veículos e minério de ferro

5 - Porto de São Sebastião (SP)

Administração: Administração do Porto de São Sebastião, vinculada à Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.), do sistema de transportes do governo paulista

Carga movimentada: 47,7 milhões de toneladas

Principais cargas: produtos químicos, cevada e veículos

6 - Porto de Paranaguá (PR)

Administração: governo do Paraná, por meio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (porto vizinho, de menor porte)

Carga movimentada: 29,3 milhões de toneladas

Principais cargas: soja, fertilizantes, açúcar, óleo vegetal, derivados de petróleo e madeira

7 - Porto de Aratu (BA)

Administração: Companhia das Docas do Estado da Bahia (controlada pela União)

Carga movimentada: 28,4 milhões de toneladas

Principais cargas: derivados de petróleo, produtos químicos, fertilizantes e cobre

8 - Porto de Belém (PA)

Administração: Companhia Docas do Pará (controlada pela União)

Carga movimentada: 20,6 milhões de toneladas

Principais cargas: derivados de petróleo, madeira, trigo e coque

9 - Porto de Rio Grande (RS)

Administração: Superintendência do Porto de Rio Grande

Carga movimentada: 18,0 milhões de toneladas

Principais cargas: madeira, soja, óleo de soja, trigo, fertilizantes, produtos químicos e óleo combustível

10 - Porto de Praia Mole (ES)

Administração: Companhia Vale do Rio Doce (empresa privada)

Carga movimentada: 17,8 milhões de toneladas

Principais cargas: carvão mineral, coque, produtos siderúrgicos e minério de ferro

11 - Porto de São Francisco do Sul (SC)

Administração: governo de Santa Catarina, por meio da Administração do Porto de São Francisco do Sul

Carga movimentada: 17,0 milhões de toneladas

Principais cargas: soja, óleo de soja, madeira manufaturada, bobinas de aço e azulejos

12 - Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Administração: Companhia Docas do Rio de Janeiro (controlada pela União)

Carga movimentada: 15,8 milhões de toneladas

Principais cargas: ferro-gusa, petróleo e derivados, trigo e produtos siderúrgicos



*Dados mais recentes, de 2005
Fontes: Portos e Antaq

INFRA-ESTRUTURA Programa de Aceleração do Crescimento destina R\$ 2,7 bilhões aos 12 maiores portos do país



Precariedade de acesso rodoviário e ferroviário ao porto de Paranaguá, no Paraná, traz como consequência o acúmulo de navios aguardando o embarque de soja

Falta de investimento é grande obstáculo

A Lei de Modernização dos Portos, de 1993, acabou com a Portobrás e permitiu que o governo repassasse ao setor privado a tarefa de gerir as instalações portuárias. O porto de Santos, por exemplo, continua a ser administrado por uma empresa pública, a Companhia Docas do Estado de São Paulo, mas teve terminais arrendados à iniciativa privada. Com isso, tem batido recordes de movimentação de carga. Entre 2002 e 2005, o volume de carga no porto pulou de 50 milhões para 72 milhões de toneladas.

Mas os investidores privados sofreram um abalo em 2005, quando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) baixou duas resoluções mudando as regras para que empresas arrendem, explorem e ampliem terminais portuários de uso privativo. O prazo de concessão caiu de 25 anos, renovável por mais 25, para uma autorização anual que pode ser revogada a

qualquer tempo pela Antaq.

Outro problema que assola os portos é a falta crônica de investimentos. Entre 1997 e 2005, a iniciativa privada injetou US\$ 2 bilhões em obras de infra-estrutura portuária. Falta o governo fazer a sua parte. Mas, ao tomar posse em maio na Secretaria Especial de Portos, o ministro Pedro Brito pelo menos deu um alento ao observar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê um investimento de R\$ 2,7 bilhões em infra-estrutura nos 12 principais portos do país.

Empecilho à atracação de grandes navios

A escassez de investimentos gera problemas graves de infra-estrutura. A falta de dragagem em alguns portos, por exemplo, impede que grandes navios se aproximem do cais, sob pena de ficarem encalhados. Existe ainda o problema da precariedade de acesso rodoviário e ferroviário. Em Paranaguá, no Paraná, já

ficaram célebres as imagens de caminhões que se enfileiram por dezenas de quilômetros na tentativa de levar soja até o porto. Trata-se de gargalo que é ainda agravado pela falta de locais de armazenamento no porto, o que faz com que os caminhões tenham que se amontoar à espera de um navio para embarcar a carga.

Já o excesso de trabalhadores avulsos nos portos dificulta o treinamento de mão-de-obra, segundo os especialistas. Estima-se que só o porto de Santos tenha perto de 12 mil trabalhadores registrados. Mas, de acordo com a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), 30% desse contingente poderiam ser aposentados por idade ou falta de condições físicas. Para comparar, o porto de Santos emprega três vezes mais gente que similares latino-americanos, como o de Buenos Aires e o de Valparaíso (Chile), de acordo com o Ministério dos Transportes.

Brasil usa menos de um quarto de hidrovias

O Brasil tem 42 mil quilômetros de rios navegáveis, mas usa menos de um quarto disso para o transporte de cargas e passageiros. O principal entrave são as ações na Justiça envolvendo organizações ambientalistas, o Ministério Público e as administradoras regionais. As disputas judiciais giram em torno do impacto do transporte hidroviário no meio ambiente. São batalhas demoradas, que acabam afastando os possíveis investidores. Boa parte das disputas se deve à falta de uma legislação específica para esse tipo de transporte.

Como também há escassez de recursos públicos, muitas obras apontadas como necessárias ainda não saíram do papel. Em 2005, o governo investiu R\$ 30 milhões nas hidrovias. Mas o

próprio Ministério dos Transportes estima que sejam necessários entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões anuais apenas para manter o sistema funcionando. Já alguns especialistas estimam a necessidade de aportes anuais da ordem de R\$ 150 milhões na manutenção e ampliação das hidrovias. Vale lembrar que cerca de R\$ 8 bilhões oriundos da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) deveriam estar sendo aplicados todo ano na infra-estrutura de transportes, mas não estão.

Um exemplo do que pode ocorrer pela falta de dinheiro é a construção de duas eclusas (espécie de elevador de água, que permite que as embarcações subam ou desçam trechos de rio em que há grandes desníveis)

para a transposição da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. As obras foram iniciadas em 1981, paralisadas em 1989, retomadas em 1998 e interrompidas novamente em 2002. Reiniciados em 2004, os trabalhos seguem ao sabor da liberação de novos recursos da União. Pelo menos o valor da obra foi empenhado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo no início deste ano.

O problema das eclusas revela outro flagelo das hidrovias: a falta de planejamento. Afinal, os executores de uma usina como Tucuruí deveriam ter previsto as eclusas numa obra dessa magnitude. A falta de planejamento é o mesmo flagelo que levou à construção de pontes que não permitem a passagem de navios.

Nova secretaria cuida da administração portuária

O presidente Lula criou, por meio de medida provisória (MP), a Secretaria Especial de Portos, que assumiu a administração portuária no lugar do Ministério dos Transportes. A pasta começou a funcionar em maio, com a posse do ministro Pedro Brito. A MP 369 já foi aprovada na Câmara, que enviou o texto ao Senado na última quarta-feira.

Lula afirmou na ocasião da posse que seu maior objetivo é garantir mão-de-obra qualificada para fazer deslanchar os portos do país.

– O que eu quero é gestão. O porto não pode ser partilha de partidos políticos, de pessoas que não têm a competência profissional para administrar os portos. Eu quero gestão, resolver os problemas crônicos – prometeu o presidente.

Lula falou em partilha política porque o PSB, ao qual Brito é ligado, e o PR disputavam a secretaria. O PSB porque perdera o Ministério da Integração Nacional para o PMDB (o atual ministro é Geddel Vieira Lima). Já o PR, à frente do Ministério dos Transportes (com Alfredo Nascimento), defendia que a pasta mantivesse o controle sobre os portos brasileiros.

O presidente optou por repassar à nova secretaria os portos marítimos. Os terminais fluviais, por outro lado, permaneceram na alçada do Ministério dos Transportes.

Durante a posse de Brito, Lula reconheceu que os portos têm sido um dos principais gargalos do governo federal. O presidente admitiu que não conseguiu solucionar o problema durante seu primeiro mandato, mas se mostrou disposto a cobrar de Brito resultados efetivos para o setor.

– Quero entregar no final do meu mandato os portos solucionados. O Brito tem ordem para fazer sempre o melhor, montar equipe de profissionais – ressaltou Lula

Por sua vez, Brito disse que vai resistir às pressões dos partidos aliados para a indicação de cargos no segundo escalão para garantir qualidade à pasta.

– A nossa maior ambição é dar aos portos uma gestão competente. Para isso, não há outro caminho que não colocar nos portos-chave profissionais da área portuária. Já existe a decisão política do presidente Lula de dotar os portos com essa estrutura profissional – assinalou o secretário.



Ministro Especial de Portos, Pedro Brito (E) cumprimenta Geddel Vieira Lima, do Ministério da Integração Nacional

TECNOLOGIA

Crimes cibernéticos rendem US\$ 105 bi

Os chamados crimes cibernéticos, que envolvem a utilização de redes de computadores, já trouxeram um prejuízo mundial superior a US\$ 105 bilhões, segundo levantamento do governo norte-americano divulgado pelo juiz Fernando Neto Botelho, membro da Comissão de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Botelho participou de audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na quarta-feira, para discutir parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos de lei que visam combater tais crimes.

Segundo o juiz, delitos como a “pescação eletrônica” para a obtenção de senhas bancárias cresceram mais de 50% em 2006 e sites de relacionamentos, como o Orkut, acolhem até o comércio de drogas.

– Fatos como esses começam a chegar aos tribunais sob intensa

discussão da tipicidade penal. Diante da ausência de uma lei expressa, não se pode impor pena, pois não há crime sem lei anterior que o defina – observou Botelho.

Para o perito criminal Paulo Quintiliano da Silva, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, no início os crimes cibernéticos poderiam ser considerados “mais românticos”: eram cometidos por pessoas que gostavam de mostrar que eram capazes de invadir os sites mais seguros. Agora, comparou, o criminoso atua para obtenção de vantagem financeira ilícita.

– Para isso, ele não tem que trocar tiros com a polícia, apenas usar um teclado e um mouse. Ele obtém vantagem com mais facilidade e sem grandes riscos.

Um dos grandes problemas para a punição dos crimes cibernéticos, registrou o presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares, é o fato de muitos crimes serem praticados por pessoas que estão fora das fronteiras brasileiras. A SaferNet é uma rede que engloba 26 países em torno do combate à



Especialistas reunidos na audiência pública: lei específica para crimes cibernéticos é essencial

pornografia infantil e dos crimes de ódio racial.

Provedores investem em segurança

O diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação, Demi Getschko, também mencionou a dificuldade de se legislar sobre crimes internacionais. Ele recordou que os responsáveis pelos sites registrados com a expressão .br apresentam seus dados para obter o registro. Com

mais exigências, alertou, os interessados poderão registrar seus sites em outros países.

O presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo, informou que as empresas do setor investirão R\$ 13,2 milhões por ano para armazenar os logs, informações de cadastro dos usuários, conforme estabelece o artigo 21 do projeto. Na opinião do consultor jurídico

Marcelo Bechara de Souza Ho- baika, o artigo 21 – que trata das responsabilidades dos provedores de acesso – deveria ser retirado do projeto, pois “não houve debate com a sociedade sobre a questão dos provedores”.

Eduardo Azeredo, que se disse pronto a aceitar críticas e sugestões ao texto que vai apresentar, observou que o país precisa de uma legislação sobre o assunto, como já ocorre em diversos outros países.

Serys cobra rigor contra pornografia infantil

O Brasil deve acompanhar a Convenção sobre o Cibercrime, celebrada em Budapeste, em novembro de 2001, para que o país possa aprimorar o combate à pornografia infantil na internet, defendeu Serys Slhessarenko (PT-MT) na audiência conjunta da CCJ e da CCT. Ela destacou que existem cerca de 3,5 mil portais na internet destinados à comercialização de vídeos e de fotos de abuso sexual a crianças e adolescentes e sugeriu que o texto elaborado por Eduardo Azeredo contenha medidas contra a utilização de cartão de crédito na compra desses materiais.

Serys propôs ainda a instituição de mecanismos para identificar e punir criminosos que usam a internet para cometer crimes contra crianças e adolescentes.

Para o representante da SaferNet Brasil, Thiago Tavares, o substitutivo deve ter dispositivos que harmonizem a legislação

brasileira com a Convenção de Cibercrime. Ele ressaltou que apenas 1% do conteúdo pornográfico está hospedado em provedores brasileiros e a Polícia Federal tem dificuldades de identificar os criminosos brasileiros que acessam sites estrangeiros.



Serys Slhessarenko defende que legislação seja adaptada à Convenção sobre o Cibercrime

Os vários delitos previstos no projeto

O ponto mais polêmico do projeto de lei contra crimes na internet e em redes de computadores é o que obriga os provedores de acesso a manterem armazenadas informações cadastrais dos internautas, para assim identificar criminosos. Confira a seguir outros pontos do projeto.

Roubo de senha

Golpe virtual conhecido como *phishing* teria como pena prisão de um a três anos. Texto isenta profissionais de informática que realizem *phishing* em caso de defesa digital ou contra-ataques.

Falsificação de cartões

Falsificação de cartões de crédito ou débito seria o mesmo que falsificação de documento.

Acesso não autorizado

Ter acesso a redes de computadores sem autorização daria prisão de até quatro anos para o infrator.

Clonagem de celular

Criar, copiar ou falsificar números, códigos, cartões ou transmissores seria crime sujeito a prisão de até cinco anos, além de multa.

Calúnia, difamação e injúria

Esses tipos de crime passariam a ter pena elevada em dois terços se cometidos por meios eletrônicos.

Vírus e afins

Criar, inserir ou difundir códigos prejudiciais geraria punição de até cinco anos, além de multa. O texto isenta profissionais que testem códigos maliciosos em caso de defesa digital ou contra-ataques.

Roubo de dados

Obter dados sem autorização daria até quatro anos de prisão e multa.

Divulgação de bancos de dados

Para quem fornece informações disponíveis em bancos de dados, a pena seria de até dois anos e multa.

Furto qualificado

O tipo penal teria versão eletrônica.

Atentado contra serviço público

Equipara telecomunicação ou informação a serviços de utilidade pública, como fornecimento de água e luz, mantendo sanção já prevista no Código Penal.

Ataques a redes de computadores

Além dos ataques, seria crime impedir ou dificultar o restabelecimento dos sistemas.



Futura lei de comunicação social eletrônica é debatida na CE

A garantia de produção de conteúdo nacional, o limite à participação de capitais estrangeiros e o estímulo à produção independente foram os principais temas levantados por representantes do setor de audiovisual, na terça-feira, durante audiência pública que analisou propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica. A audiência foi promovida pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Ao defender o conteúdo nacional, o vice-presidente de Relações

Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, alertou para o risco de perda da identidade nacional nos países que “não conseguem se ver na tela” da televisão. Ele defendeu ainda o princípio da liberdade de expressão e a mescla de produção nacional e produção local, especialmente nas áreas de jornalismo e esportes.

Para o presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, Fernando de Souza Dias, uma das questões mais importantes a serem debatidas na elaboração da nova lei deve

ser a distinção entre produção e difusão de programas. Ele observou que as atuais emissoras de televisão são grandes produtoras e pediu maior espaço para a produção independente.

O diretor da Rede Bandeirantes Walter Vieira Ceneviva, consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores, alertou para a necessidade de uma lei que resista à evolução das tecnologias. Ele recordou que, somente no período de vigência do atual Código Brasileiro de Telecomunicações, nasceram e morreram tecnologias como as dos videocassetes e dos



Senador Gilvam Borges (E) ouve depoimento de Evandro Guimarães, vice-presidente das Organizações Globo

paggers. A futura lei, a seu ver, deve tratar de temas como a prioridade a empresas brasileiras na área de geração de conteúdo.

Autor do pedido de audiência, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) infor-

mou que o presidente da República criou uma comissão interministerial para debater o anteprojeto de regulamentação do artigo 221 da Constituição, que trata da área de comunicação social.

APAGÃO AÉREO

CPI propõe privatizar 11 aeroportos

Uma das principais recomendações feitas pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), em seu segundo relatório parcial da CPI do Apagão Aéreo, é a privatização dos maiores aeroportos, entre eles Congonhas, Guarulhos, Juscelino Kubitschek, Galeão, Salvador, Recife, Santos Dumont, Porto Alegre, Curitiba, Confins e Fortaleza, que apresentam movimentação superior a 3 milhões de passageiros por ano.

O senador observou que, mesmo não havendo lei específica sobre concessões aeroportuárias, há a possibilidade de que as

privatizações sejam feitas de imediato por meio da Lei 8.987/05, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos.

Para solucionar a crise aérea por que passa o país, o texto apresentado na reunião de quarta-feira passada sugere ainda 15 outras medidas, entre as quais a modernização dos instrumentos de controle de voo, que, na visão do relator, eliminaria uma das principais causas de atrasos e cancelamentos de vôos: a ocorrência de neblina e chuva.

Com os novos equipamentos, alega Demostenes, vários aeroportos passariam a ter capacidade de operar pousos e decolagens com auxílio de instrumentos, independentemente de condições visuais adversas.

Taxas maiores podem redistribuir tráfego

A diferenciação das tarifas aeronáuticas aeroportuárias é outra recomendação do relator visando diminuir o congestionamento nos principais aeroportos. Segundo ele, uma elevação das taxas pagas pelas companhias aéreas pelo uso de aeroportos mais movimentados direcionaria a demanda para os ociosos, diminuindo o grau de saturação dos primeiros.



Filas e confusão: segundo relatório indica 16 medidas para melhorar situação nos aeroportos

Com relação à desmilitarização do controle de voo brasileiro, Demostenes propõe a separação dos sistemas civil e militar somente a partir da implantação do sistema CNS/ATM (sigla em inglês para Comunicações, Navegação, Vigilância e Gestão de Tráfego Aéreo), prevista para 2017. Para o senador, é urgente a necessidade de aprofundar a discussão sobre a forma adequada de conceder aumento salarial aos controladores, visto que, em sua avaliação, esta é uma das principais causas da ocorrência de atrasos em vôos e

de transtornos de passageiros nos terminais aeroportuários.

Em consonância com várias reivindicações dos controladores de voo, o texto aponta para a necessidade de revisão e fortalecimento das rotinas de supervisão e de modernização dos equipamentos e programas usados no monitoramento de vôos.

Entre outras recomendações, o segundo relatório parcial da CPI do Apagão Aéreo sugere a adoção de um modelo eficiente de alocação de horários de pousos e decolagens (slots) nos aeroportos

congestionados; a revisão das linhas aéreas com origem ou destino em aeroportos congestionados; a elaboração e implementação de uma política nacional de aviação civil e de um plano aeroviário nacional; o fortalecimento do Ministério da Defesa; uma maior setorização do espaço aéreo brasileiro; a realização de uma auditoria internacional independente no sistema de controle de tráfego aéreo brasileiro; e a alteração da legislação referente à assistência às vítimas de acidentes aeronáuticos e de apoio aos familiares.

GERALDO MAGELA



Demostenes sugere compra de novos equipamentos e reajuste salarial para os controladores

Relatório final será enviado ao presidente Lula em novembro

Ao destacar a boa qualidade do segundo relatório apresentado pelo senador Demostenes Torres, o presidente da CPI do Apagão Aéreo, Tião Viana (PT-AC), anunciou que vai enviar cópia do texto final, a ser votado em novembro, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Pela importância deste trabalho, pela seriedade e pela visão propositiva ao próprio governo, a CPI, ao final dos trabalhos, deverá levar o relatório no seu

todo ao presidente da República e aos membros do governo para que o senador Demostenes possa transmitir o teor e a intenção do documento – disse Tião Viana.

Após a leitura do relatório, vários senadores parabenizaram Demostenes pelo trabalho realizado. Mário Couto (PSDB-PA), mesmo lembrando que ainda há muito para ser investigado, considerou digno dos “mais calorosos aplausos” o trabalho realizado até

o momento. Ele destacou especialmente a orientação do trabalho de Demostenes, voltada não só para identificar os problemas e responsabilizar pessoas, mas principalmente preocupando-se em apresentar soluções para a melhoria do sistema.

Ao considerar a forma de trabalho adotada pela CPI como um exemplo a ser seguido por outras comissões da Casa, Romeu Tuma (DEM-SP) elogiou Demostenes

pela paciência nos depoimentos em busca das informações necessárias.

Gilvam Borges (PMDB-AP) cumprimentou o relator pela escolha acertada de depoentes para prestar esclarecimentos à comissão, porém cobrou a inclusão no texto de alternativa explícita visando resolver no curto prazo o problema salarial dos controladores, mesmo levando em conta a questão da possibilidade de quebra de hierarquia na Força

Aérea Brasileira pela concessão de gratificação aos sargentos controladores de voo.

Na mesma reunião da CPI, foram aprovados ainda requerimentos do relator solicitando à Controladoria Geral da União (CGU) o compartilhamento dos sigilos bancários e fiscal de funcionários da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e de empresas que firmaram contratos com a estatal.

Críticas ao modelo educacional

Em audiência pública da Comissão de Educação, o presidente da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), Fredric Michael Litto, fez duras críticas à educação do país, afirmando que existe uma mentalidade patrimonialista, com decretos, leis e regulamentos que delimitam a educação a distância. O Ministério da Educação, segundo ele, não ajuda, já que os consultores “agem como rolos compressores, esmagando a criatividade”.

– O legado colonial português, que não deu importância à educação e à ciência, é a causa dos problemas da educação neste país. Temos que introduzir uma nova disciplina no ensino médio, dentro do pensamento sistêmico, que é para saber como estudar o futuro, como analisar tendências – afirmou.

Litto explicou que a Abed, uma sociedade científica sem fins lucrativos fundada em 1995, já conseguiu fundar um laboratório do futuro, com bibliotecas digitais, comunidades virtuais, que, acrescentou, capacitará 10 mil educadores com novas tecnologias de comunicação.

Sistema do país estaria atrasado em relação ao mundo moderno

e, sobretudo, pela ousadia”, mas disse que “não dá mais para jogar a culpa nos pobres dos portugueses”.

Já Fernando Antônio Colares Palácios, membro da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abrium), ressaltou que há registro de forte presença de profissionais formados retornando

às universidades, uma tendência para a especialização.

Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de São Paulo, Luiz Carlos de Souza concorda que o problema da formação profissional não se resolve mais apenas com a escola tradicional. Souza destacou que 82% dos alunos de cursos técnicos do Senai saem com emprego garantido, pois os cursos são voltados para a capacitação profissional e têm efetiva participação dos empresários.

A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Maria Dutra Vieira, disse que, com os avanços tecnológicos, os alunos têm hoje muitas fontes de informação, que asseguram atualização constante de dados e conceitos. Os educadores, por seu turno, estariam precisando de uma educação continuada para acompanhar os novos tempos, além de melhores salários.

Especialistas sugerem ações contra obesidade

Mudança no estilo de vida – com maior consumo de frutas e verduras e diminuição do consumo de açúcar, sal e gorduras, bem como o aumento de atividade física – e programas de informação sobre alimentação saudável são ações importantes para evitar a obesidade entre crianças e adolescentes.

Essa foi a opinião da maioria dos especialistas reunidos na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, especialmente entre as crianças.

A professora-adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Olga Maria Silvério Amâncio defendeu a inserção da disciplina de educação alimentar no currículo escolar, associada

à atividade física, para prevenir a obesidade na população infantil.

Para Olga Maria, o tipo de alimento adequado a cada pessoa depende das circunstâncias em que ela vive, considerando-se variantes específicas como natureza da dieta e atividade física. Na opinião da professora, determinado alimento não pode ser considerado bom ou ruim fora do contexto.

Quando a alimentação não é saudável, as pessoas podem desenvolver doenças crônicas não transmissíveis, nas quais está incluída a obesidade, alertou a secretária do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Maria Emília Daudt von der Heyde. Ela informou que estudos demonstram que hábitos alimentares ruins podem ser a causa de 60% das mortes no mundo em função de doenças crônicas.

RELAÇÕES EXTERIORES



Embaixadora da Guiana, Marilyn Cheryl Miles, e o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes

Brasil pode dispensar vistos para turistas

A exigência de visto para turistas estrangeiros poderá ser dispensada por meio de portaria conjunta dos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Turismo. É o que estabelece projeto de lei do ex-senador Paulo Octávio (PLS 151/05), aprovado em decisão terminativa, e por unanimidade, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Atualmente, a dispensa da exigência de visto é concedida aos

turistas provenientes de países que também não exijam vistos de turistas brasileiros. De acordo com a política de reciprocidade, são pedidos vistos, por exemplo, de turistas dos Estados Unidos que venham ao Brasil – uma vez que o governo norte-americano faz a mesma exigência.

Segundo o relator do projeto, senador Marco Maciel (DEM-PE), a regra de reciprocidade – embora “ardorosamente defendida” pelo Itamaraty – não cons-

titui princípio jurídico absoluto e pode ser alterada unilateralmente. Além disso, observou, o projeto apenas autoriza – e não obriga – o governo a dispensar o visto.

Recebeu também parecer favorável projeto de lei da Câmara (PLC 84/06) que estabelece a obrigatoriedade de apresentação de certificados de origem para todos os produtos sob investigação ou sujeitos a medidas antidumping.

Visita a Guiana reforçará relações

Os integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Guiana deverão fazer até setembro uma viagem à capital daquele país, Georgetown, para fortalecer os laços de cooperação bilateral. O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), ao

final de uma visita à comissão da embaixadora da Guiana, Marilyn Cheryl Miles.

A embaixadora disse que a Guiana está disposta a transformar-se em uma porta de entrada do Caribe para a América do Sul. Ela informou que já estão sendo discutidos os detalhes da operação de financiamento brasi-

leiro à pavimentação da rodovia que liga a capital de Roraima, Boa Vista, a Georgetown. Além disso, observou, em breve será inaugurada uma ponte de 230 metros sobre o rio Itacutu, que vai ligar os dois países. Também a construção de um porto de águas profundas foi definida como prioridade de seu país.

Senadores repudiam ultimato de Chávez

A ameaça do presidente venezuelano Hugo Chávez de retirar o pedido de adesão de seu país ao Mercosul se o respectivo protocolo não for aprovado até setembro pelo Congresso brasileiro causou firme reação entre os senadores.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) não inicie a análise do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul até que se esgote o prazo do “ultimato” de Chávez.

– Seria humilhante apreciarmos o protocolo dentro do prazo fixado pelo coronel Chávez – disse.

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apoiou a sugestão de Jefferson e atribuiu a atitude de Chávez a sua “formação autoritária”.

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o Mercosul pode continuar sem a Venezuela.

– Chávez atrasará nossa relação com os países desenvolvidos. Nós temos é que impedir a ratificação

do acordo – afirmou Virgílio, que elogiou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por ter repudiado o prazo dado por Chávez.

José Agripino (DEM-RN) também acredita que a entrada de Chávez no Mercosul dificultará as relações comerciais dos países do bloco com os Estados Unidos e a União Européia. Ele lembrou do “gesto de truculência” feito por Chávez quando se referiu ao Senado, que pediu a reconsideração da retirada da concessão da rede de televisão RCTV.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou Chávez de impor um regime autoritário na Venezuela e pretender levar esse modelo aos outros países da América Latina. Valter Pereira (PMDB-MS) chamou Chávez de “falastrão, arrogante e presunçoso”.

– Ninguém vai chorar sua ausência [no Mercosul]. Bom parceiro comercial ele não tem sido – ressaltou.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que Chávez “trata a Venezuela como se fosse dele”. Para Fernando Collor (PTB-AL), “Hugo Chávez adota atitudes provocativas e trata o Mercosul com menosprezo”.

Na quinta-feira, o embaixador venezuelano Julio Garcia Montoya esteve no Senado e disse aos integrantes da comissão que a Venezuela está “totalmente disposta” a integrar o Mercosul. Mas ouviu do presidente da CRE, Heráclito Fortes, que não há prazo para votação do pedido de adesão.

– Não há de nossa parte, nem houve em nenhum momento, intenção de ditar prazo, como também não há hipótese de aceitarmos prazo, no que concordou o embaixador – frisou Heráclito.



Jefferson sugeriu que CRE não vote pedido de adesão até que se esgote prazo do ultimato

REFORMA POLÍTICA

Votação deve ficar para o 2º semestre

A votação do projeto que trata da reforma política (PL 1.210/07), apesar de constar da pauta de votação da Câmara, tem pouca chance de acontecer esta semana. Isso porque os líderes dos partidos fiéis ao Palácio do Planalto já defendem abertamente o adiamento da discussão do assunto para o segundo semestre legislativo que se inicia em agosto.

As seguidas divergências sobre os principais temas da reforma política vêm impedindo sua votação pelos deputados há quase

dez anos. Dessa vez, diante do impasse em torno da proposta do relator Ronaldo Caiado (DEM-GO), o líder do PT, deputado Luiz Sérgio (RJ), voltou a defender o reinício da discussão, levando em conta as novas propostas apresentadas nesta legislatura.

Outro governista, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) antecipa que o novo texto tem os mesmos problemas dos anteriores, alvo de controvérsia e com propostas já rejeitadas. Ele já anunciou que, se a matéria vol-

tar à pauta, apresentará recurso para, mais uma vez, suspender a votação.

Ainda assim, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, manteve a votação do projeto entre os temas a serem deliberados pelo Plenário esta semana. E avisou que se os líderes quiserem encerrar a discussão deverão se pronunciar formalmente à Casa.

– Há propostas que estão tramitando há vários anos e, na minha opinião, a Câmara tem que deliberar – afirmou Chinaglia à

Agência Câmara.

Na semana passada, Caiado voltou a apresentar um novo texto com os pontos remanescentes do parecer original ao projeto. A votação foi suspensa por questão de ordem de Faria de Sá, que considerou que o novo texto trazia matéria nova, estranha às discussões anteriores, o que não é permitido nessa altura da tramitação.

Na semana anterior, a Câmara rejeitara qualquer mudança nas eleições proporcionais (para de-

Tião Viana adverte para miniconstituinte sobre reforma

A dificuldade de aprovação de uma reforma política na Câmara pode empurrar o país para uma “miniconstituinte constitucional política” que defina o assunto, advertiu o senador Tião Viana (PT-AC). Ele acredita que a falta de consenso será agravada com a discussão da adoção da cláusula de desempenho – ou de barreira.

Isso, na avaliação do senador, deve protelar ainda mais a votação dos demais itens da reforma. Por isso, Tião Viana adverte para a possível realização de “minireforma para o ano eleitoral de 2008”, com temas como financiamento público de campanhas eleitorais, lista fechada de candidatos e fidelidade partidária.

– Precisamos melhorar a imagem dos nossos representantes e dar uma resposta para os crimes eleitorais – justifica.

Pesquisa diz que eleitor é contra listas e financiamento público

Votação em listas de candidatos apresentadas por partidos e financiamento público de campanha são propostas rejeitadas por mais de 74% dos eleitores que têm conhecimento da reforma política em discussão no Congresso. Esse é um dos resultados de pesquisa CNT/Sensus sobre o assunto.

Das propostas da reforma política

75,2%
são contrários ao financiamento público de campanha

O desconhecimento do assunto também é grande: apenas 19,8% dos ouvidos na pesquisa acompanham a reforma política, 27% ouviram falar, enquanto 51,5% nunca ouviram falar. Entre os que tiveram algum contato com o tema, apenas a fidelidade partidária recebeu apoio da maioria dos entrevistados

74%
não querem votar em listas partidárias

(50,5% são a favor; 40,7%, contra).

Ainda que reconheçam que esses assuntos estejam na pauta de votações, a maioria dos entrevistados (59,1%) duvida que a reforma política seja votada este ano. Somente um em cada quatro (27,2%) crê nesta hipótese.

50,4%
defendem regras mais rígidas para impedir o troca-troca de partido (fidelidade partidária)

AGRICULTURA Sem acesso a informações, não é possível aferir as reais condições de trabalho dos cortadores

Kátia Abreu denuncia perseguição a empresários

As ações de fiscalização do setor rural desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho têm sido freqüentemente marcadas por excessos ou abusos, afirmou Kátia Abreu (DEM-TO), na mesma audiência pública da CRA. Segundo ela, portarias baixadas pelo Ministério do Trabalho estão muitas vezes indo além das punições previstas no Código Penal.

Julgamentos encerrados apenas no plano administrativo – antes de o caso ser levado à Justiça, até decisão final nessa esfera – estariam embasando o enquadramento de produtores rurais em uma “lista suja” que impede o acusado de ter acesso a financiamentos públicos, participar de licitações e vender a órgãos e empresas do governo, reclamou.

– Isso é um tribunal de exceção – disse, após afirmar que os produtores nem sempre têm direito a ampla defesa, uma garantia constitucional.

Para a senadora, talvez “as arbitrariedades cometidas” expliquem por que as empresas do setor evitam o acesso de pesquisadores do Ministério do Trabalho em suas usinas e plantações, para estudos sobre as condições de trabalho no setor.

– Com esse grau de arbitrariedade, nenhum usineiro vai abrir para o ministério entrar e ser execrado. Eu não abriria não – declarou.

Em relação ao setor, Kátia Abreu reconheceu que de fato o trabalho rural é duro, embora citando que todas as atividades no campo de modo geral são difíceis, e defendeu um “caminho harmônico” para os problemas existentes, até porque “exageros na tentativa de proteger o trabalhador podem levar ao desemprego”, na forma de desemprego.

Na condução dos trabalhos, João Tenório (PSDB-AL), vice-presidente da CRA e empresário do setor sucroalcooleiro, enfatizou que o desejo de todos é aperfeiçoar o sistema, e não eliminá-lo.

Cícero Lucena (PMDB-PB), que requereu a audiência, lembrou que o cenário é promissor para o setor de

biocombustíveis, com destaque para a produção de energia a partir da cana.

– É importante identificar desacertos e, mais que isso, as soluções – disse, para destacar a importância do Legislativo na correção de rumos.

Sibá Machado (PT-AC) lembrou que a cana-de-açúcar, associada à escravidão no passado colonial, agora coloca o país como “ponta-de-lança” de projeto energético sustentável e com perspectivas econômicas promissoras. Segundo ele, o Estado deve ter importância decisiva no andamento do programa de biocombustíveis,

inclusive para fixar exigências quanto a requisitos trabalhistas – ainda que, como afirmou, isso implique custos transferíveis aos preços.

Em resposta a

Eduardo Suplicy (PT-SP), a assessora da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), Elimara Aparecida Sallum, assegurou que o trabalho infantil é quase inexistente no setor. Quanto ao trabalho escravo, ela observou que ainda falta ser firmada jurisprudência no país que permita definir adequadamente o conceito.

Para José Nery (PSOL-PA), no entanto, atividades em condições análogas ao de trabalho escravo são uma realidade no país, mais de cem anos após a escravidão, o que traduz uma “mentalidade colonialista” que ainda persiste entre a “elite rural” brasileira.



Kátia Abreu defendeu um caminho harmônico para resolver o problema



Elevadas metas de produção são apontadas como causa de esgotamento físico do trabalhador

Nem pesquisadores entram nos canaviais

Empresas do setor de açúcar e álcool brasileiras impedem o acesso de pesquisadores às usinas e áreas de plantio de cana para estudos que poderiam determinar o impacto das atividades executadas sobre a saúde dos trabalhadores. A denúncia foi feita, em debate realizado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), pela pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, funcionária da Fundacentro, instituição vinculada ao Ministério do Trabalho que atua há 40 anos em pesquisas e estudos sobre saúde ocupacional.

Segundo Maria Cristina, desde 2004 ocorreram em São Paulo 13 mortes de canavieiros em plena atividade. Os óbitos podem ter decorrido de exaustão, mas a pesquisadora citou ainda a possibilidade de estarem associados a efeitos de produtos usados para amadurecimento do plantio.

Maria Cristina mencionou fatores que contribuem para contínuo esgotamento físico dos trabalhadores, em especial as elevadas metas

de produção individuais ou por grupos, única forma de o trabalhador receber acima do piso salarial. Até os anos 60, a média individual era de 6 toneladas de cana por dia. Hoje, estaria em 12 toneladas, com perspectiva crescente.

Ela destacou, ainda, os danos decorrentes dos movimentos repetitivos envolvidos no corte da cana, feito sob sol e chuva, e criticou os equipamentos usados (como as luvas e as foices), não só porque são impróprios para a atividade mas também porque são oferecidos em tamanho único.

Fiscalização sindical é muito prejudicada

Numa lista de soluções prioritárias para os trabalhadores do setor, a pesquisadora salientou como principal medida o término das terceirizações na contratação – feitas, muitas vezes, por meio do intermediário (denominado “gato”) – sem o cumprimento de requisitos, como exames de saúde. Outra proposta é de reduzir a jornada de trabalho para seis horas

diárias, com pausa de 20 minutos a cada hora e meia de atividade.

O secretário-geral da Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo, Aparecido Bispo, confirmou a dificuldade de acesso às usinas e plantações também para a ação fiscalizadora dos sindicatos. Aparecido citou estudo feito com entidade da própria área patronal, que envolveu a verificação da pesagem da produção dos cortadores: apenas três usinas colaboraram.

De acordo com o sindicalista, o Ministério do Trabalho já foi cobrado a realizar os estudos. Na sua avaliação, as mortes dos trabalhadores podem mesmo decorrer de exaustão, já que é comum observar-se nos canaviais trabalhadores com câimbras, dor de cabeça e sangramento nasal. É freqüente, denunciou, médicos se recusarem a fornecer atestados para trabalhadores, o que desestimula os cuidados pessoais com a saúde, uma vez que ausências sem comprovação resultam em perda de salário.

Indústria diz ter alto grau de formalização

Na audiência pública, a assessora sindical da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única), Elimara Aparecida Sallum, destacou aspectos do trabalho no setor que, como explicou, revelam os compromissos sociais das empresas que atuam no processamento, plantio e corte de cana. De acordo com a assessora, mais de 1 milhão de trabalhadores são empregados na atividade, sendo 93% com carteira assinada.

– É o maior índice de formalização no setor rural do país – sustentou.

Elimara Aparecida adiantou que as empresas pretendem eliminar, até 2014, a prática da queima dos canaviais, medida que facilita e agiliza a colheita, mas está associada à ocorrência de problemas de saúde entre os trabalhadores, pela inalação da fuligem produzida.

A assessora admitiu dificulda-

des com o uso de equipamentos individuais de proteção. Segundo ela, os trabalhadores muitas vezes se recusam a usar os equipamentos, pelo desconforto que causam ou até porque provocam danos.

Mortes ainda carecem de comprovação

Conforme dados apresentados pela assessora da Única, outros 33 setores no país estão em pior situação com relação a índices de acidentes de trabalho que o setor sucroalcooleiro. Para ela, o rápido crescimento do setor tem contribuído para a grande repercussão que eventuais problemas na atividade acabam tendo.

– É um setor em expansão e que está sendo acompanhado pela mídia todo o tempo, sendo objeto de críticas e discussões – disse.

Outro expositor a defender pontos de vista da Única foi o

engenheiro de segurança Eduardo Yojiro Koizume. Na sua apresentação, ele mostrou um modelo de avaliação cardiorrespiratória capaz de aferir o desgaste de um trabalhador na atividade do corte de cana. Sem um modelo que leve em conta esses parâmetros – ou outros ainda mais rigorosos, inclusive no que se refere a uma amostragem estratificada dos trabalhadores –, disse ele, é impossível concluir se mortes de trabalhadores na atividade de corte de cana decorreram mesmo de exaustão por excesso de trabalho.

– Para chegar a algum resultado sobre exaustão, devem ter trabalho dirigido dessa forma. Não existe nenhuma comprovação de que 19 mortes no trabalho manual do corte de cana aconteceram por isso. A ausência desses estudos tornam infundadas essas afirmações – garantiu.

Escolaridade dos trabalhadores na lavoura de cana

Analfabeto	1,9%
Fundamental incompleto	40,8%
Fundamental completo	15,9%
Ensino médio incompleto	7,6%
Ensino médio completo	15,9%
Ensino técnico completo	10,8%
Ensino superior incompleto	4,5%
Ensino superior completo	2,5%

Tempo diário de trabalho

Menos de 8 horas	7%
8 horas	54,7%
Mais de 8 horas	38,5%

Fonte: “Trabalhadores, condições de saúde e risco para doenças crônicas”, pesquisa de Greicelene Bassinello, Maria Tereza Gonçalves e Daniela Mancini com 298 trabalhadores rurais. *Revista de Ciências Biológicas e Saúde*, vol. 1, nº 1, 2006.

PLENÁRIO

Maciel quer prioridade para a reforma política

Aprovar a reforma política ainda neste ano, na opinião de Marco Maciel (DEM-PE), deve ser hoje a principal preocupação do Congresso. A reforma diz respeito não somente à consolidação das nossas instituições e do seu aprimoramento, mas também à própria governabilidade, destacou o senador.

– O país não cresce a taxas mais altas porque não realizou ainda a reforma política – opinou.

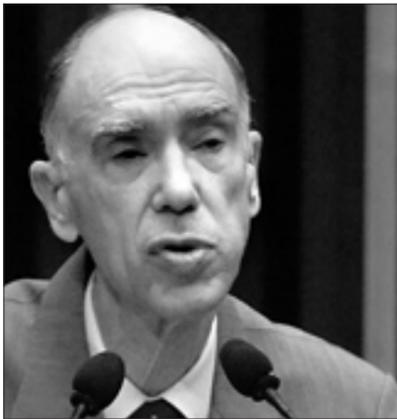
Maciel disse esperar que a discussão sobre a reforma política seja retomada na Câmara o mais rápido possível (*leia mais na página 18*).

Entre os assuntos em debate na reforma política, o parlamentar chamou a atenção para a questão do suplente de senador. Na avaliação de Maciel, o Senado deve olhar de que forma instituições

semelhantes funcionam no restante do mundo. “Quando trabalhamos questões institucionais, devemos ter a certeza de lidar com algo que deve durar décadas, senão séculos”, frisou.

Em aparte, Edison Lobão (DEM-MA) disse que “se o que se quer é mudar o sistema, que se mude, mas condená-lo pura e simplesmente, querendo dizer que a suplência é ilegítima, não é exato”. Lobão afirmou ainda que o foro privilegiado – que garante aos processos envolvendo parlamentares o encaminhamento direto ao Supremo Tribunal Federal – é um “foro de função”, relativo ao cargo ocupado.

Romeu Tuma (DEM-SP) disse que o Senado “virou vidraça” por



Maciel lembra que mudanças vão aprimorar a governabilidade

atos que estão sendo apurados e julgados. Cícero Lucena (PSDB-PB) apoiou os suplentes. E Adelmir Santana (DEM-DF) ressaltou que “ninguém questiona a figura do vice-presidente, do vice-governador, do vice-prefeito”.

Mão Santa: Senado garante a democracia

A “força” do Senado brasileiro foi destacada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador lembrou que se trata de uma instituição de 183 anos.

– O Senado é a vanguarda que garante a democracia e está em um dos momentos de maior produtividade da sua história, uma vez que nunca antes havia funcionado às segundas e sextas-

feiras – afirmou.

Mão Santa reconheceu que “erros, bezerras de ouro, falcaturas, sempre existiram”, e lembrou que o Senado já foi até fechado pela ditadura. Mas a história e a moral da instituição são maiores do que os problemas, opinou.

O senador afirmou ainda que a sociedade não agüenta mais tanta violência, de acordo com

pesquisa do Ibope divulgada na sexta-feira. A mesma pesquisa apontou, destacou Mão Santa, altos índices de popularidade do presidente Lula: 50% consideram o governo ótimo ou bom.

– Luiz Inácio está dormindo nos ares. Precisa acordar e ver a falta de esperança dos brasileiros. Peço que o presidente se dedique a acabar com a violência – disse.

Lobão vê possibilidade de apagão elétrico em 2010

Na opinião de Edison Lobão (DEM-MA), “há uma possibilidade concreta de o país enfrentar uma crise muito mais grave do que a política: um apagão elétrico, em 2010 e 2011, com estagnação econômica e desemprego em massa”.

O senador reconheceu que, depois da ameaça de apagão em 2001 e 2002, o país aprendeu a gastar energia com mais eficiência, aposentando equipamentos obsoletos, fazendo economia de energia nos lares e diversificando a matriz energética do país. “O governo, ao contrário, parece não ter aprendido nada com os erros do passado”, disse.

– Ninguém se entende em matéria de energia dentro do governo – afirmou.

De acordo com Lobão, caso os brasileiros queiram realmen-

te partir para o crescimento econômico de mais de 5% ao ano, será preciso enfrentar o risco de racionamento energético com uma estratégia a longo prazo, um plano de contingência.

Ele citou dados do Instituto Acende Brasil mostrando que, com um crescimento econômico de 4,8% ao ano, haverá 23,5% de risco de apagão elétrico em 2010, e 30% em 2011. “O pior cenário será se as térmicas a gás somente começarem a funcionar depois de 2011 e houver atrasos nas obras de hidrelétricas por falta de licenciamento ambiental”, advertiu. Lobão disse que enfrentar o risco com competência significa agilizar a construção de hidrelétricas como Estreito, Serra Quebrada, Jirau e Santo Antônio, e recebeu o apoio de Cícero Lucena.

Mesquita Júnior critica divisão do Ibama

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que o governo está cometendo “mais um grande equívoco” ao promover o desmembramento do Ibama. Também criticou o fato de a decisão ter sido tomada por meio de medida provisória – a MP 366/07, já examinada pela Câmara e que tramita no Senado como projeto de lei de conversão (PLV 19/07).

Segundo o senador, não houve discussão com a sociedade, e isso provocou “um fato inédito no país”: uma greve desvinculada de reivindicação salarial. Os servidores do Ibama estão paralisados desde 14 de maio em protesto contra a MP.

– Em vez de fortalecer a estrutura, corrigir o que tem de ser

corrigido, priorizar a atuação dos profissionais sérios e competentes que há ali, o governo fez exatamente o contrário: dividiu para fragilizar – disse.

Mesquita Júnior apelou à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que a decisão seja revista. Em apartes, o discurso recebeu o apoio de Marco Maciel (DEM-PE) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Mesquita Júnior também leu trechos de mensagem a ele dirigida por Mauro César Rocha, professor da Universidade Federal do Acre, segundo o qual o Ministério da Educação nem sequer se pronunciou sobre as bolsas para capacitação de docentes universitários, que já deveriam estar sendo pagas desde maio.

Lucena defende transposição de águas

Cícero Lucena (PSDB-PB) voltou a defender transposição das águas do rio São Francisco, cujo projeto já se encontra em fase de implantação pelo governo. Ele lembrou que a obra irá abastecer cidades do interior, em especial as localizadas na Paraíba, “onde nem sequer há água para beber”.

Lucena afirmou que a obra é ecologicamente sustentável, já que parte das águas do São Fran-

cisco irão correr em leitos de rios secos, devolvendo à região a flora e a fauna.

O senador também comemorou a aprovação, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto de sua autoria que viabiliza e garante a entrega, na casa dos pacientes, de medicamentos de uso contínuo oferecidos pelo Sistema Único de Saúde ((PLS 28/07).

Senadores homenageiam a UNE pelos 70 anos de sua fundação

O Plenário do Senado homenageou, na última quarta-feira, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que completará 70 anos de fundação no dia 13 de agosto. Também foi homenageado o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à UNE, que tinha como objetivo difundir a cultura popular e a arte regional. O centro, inaugurado em 1961, foi fechado pelo regime militar em 1964.

A sessão foi requerida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e marcou o início do 50º Congresso Nacional da entidade estudantil, evento que terminou no sábado, em Brasília.

– A UNE sempre esteve ligada à história de lutas do país, deixando sua marca em todos os grandes episódios sociais e políticos do Brasil – afirmou Inácio Arruda.

Na ocasião, Maria Rosa Leite, mãe do estudante Honestino Guimarães, desaparecido durante o regime militar, recebeu uma bandeira da UNE das mãos de Gustavo Petta, atual presidente da entidade, e de Inácio Arruda. Além de Petta, compuseram a Mesa da sessão o ministro do Esporte, Orlando Silva; o secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do

Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti; o deputado Efraim Filho (DEM-PB); e o escritor Arthur Poerner, autor de um texto lido em Plenário por Sibá Machado (PT-AC), intitulado “UNE: Passado de conquistas, futuro de novos desafios”.

Pedro Simon (PMDB-RS), que presidiu a sessão plenária, convocou os estudantes a construir um presente e os alicerces de um futuro melhores para o Brasil, sedimentados nos princípios fundamentais da ética. “Quem sabe seja hora de ocupar as ruas, como em tantos outros tempos memoráveis?”, indagou.

Destaque à luta da entidade pela redemocratização do país

Ex-vice-presidente da UNE na região Norte, no biênio 1980/1981, o senador João Pedro (PT-AM) afirmou que o fechamento da entidade pelos militares representou a “gênese” da resistência contra o regime. Cristovam Buarque (PDT-DF) lançou à UNE o desafio de lutar por uma sociedade utópica em que, no tocante à educação, os filhos dos pobres sejam iguais aos filhos dos ricos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu



Inácio Arruda é o primeiro a discursar na homenagem por ele requerida

que a entidade refletisse sobre a importância de saber o que fazer daqui para a frente, nos próximos 70 anos, especialmente num país que espera muito da sua juventude. A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), lembrou de Giuseppe Garibaldi, cujo bicentenário de nascimento foi comemorado no mesmo dia da sessão de homenagem à UNE. A senadora disse que o revolucionário italiano e sua esposa brasileira, Anita, são exemplos da força dos jovens. Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a história da entidade estudantil se confunde com a da luta do povo brasileiro por liberdade e democracia.

José Nery (PSOL-PA) destacou a luta dos estudantes contra o avanço do priva-

do sobre o público. Mão Santa (PMDB-PI) recordou o ex-governador do Piauí Tibério Nunes (1962-1963), que foi presidente e vice-presidente da UNE nos anos 40. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) classificou a UNE “como celeiro de jovens lideranças que contribuíram para a consolidação da democracia”. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) considera que a luta da UNE em defesa da liberdade possibilitou a consolidação de governos democráticos no Brasil nos últimos tempos. Para Serys Shessarenko (PT-MT), a força jovem é o grande motor de mudanças, muitas delas históricas. “Por essa razão, conclamo os jovens a fazer as transformações necessárias”, enfatizou a senadora.

Voz do Leitor

LOTERIAS

“Sou favorável ao PLS 322/04, do senador Sérgio Zambiasi, que exige a identificação por meio do número de CPF, no ato da aposta, de quem jogar em loterias da Caixa Econômica Federal. Em minha opinião, esse projeto evitará a lavagem de dinheiro proveniente de caixa dois de empresas ou de atividades ilícitas praticadas pelo crime organizado.”

Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

IMPUNIDADE

“As ruas estão caladas, mas saberão falar na hora certa. Ninguém se iluda que se possa enganar, sempre e para sempre, uma nação inteira. Contra uma minoria desonesta, atrevida e ousada, há de se erguer a barreira majoritária dos homens de bem deste país.”

Renê Bozzo, de São Paulo (SP)

JUSTIÇA

“É preciso respeitar o trabalhador e pagador de incontáveis impostos. Aliás, onde está o dinheiro de tantos impostos, que deveria ser aplicado na saúde, na educação, na segurança? O povo não vê nada disso. Os governantes são eleitos para trabalhar em benefício da população e não do próprio bolso. Ninguém, por ser autoridade constituída, pode se considerar um deus. A justiça, mais do que nunca, é necessária ao país.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

“Sugiro aos senhores senadores que voltem os olhos para as universidades públicas. Em vez da distribuição de bolsas em universidades privadas, se fossem destinados mais re-

ursos para as universidades federais, teríamos melhores serviços e professores efetivos (visto que há uma grande contratação de substitutos). É preciso também aumentar a oferta de livros, pois os alunos das universidades públicas têm um gasto alto com apostilas, já que as bibliotecas das universidades não atendem a todos os alunos. Peço-lhes que nos ajudem na luta por um ensino superior de qualidade e que haja, sim, universidade para todos, mas que elas sejam públicas. Se houver maior incentivo à distribuição de bolsas em instituições privadas, o país irá caminhar rumo à privatização do ensino universitário.”

Tereza Bianca, de Acari (RN)

IDOSOS

“Proponho que os empréstimos consignados para idosos passem a ser analisados, antes da concessão, pela Promotoria do Idoso. É fato conhecido que muitas vezes os filhos se aproveitam dos empréstimos a aposentados para espoliar os proventos de pais idosos. Sugiro que a Promotoria do Idoso analise também a cassação da Carteira Nacional de Habilitação de idosos que não dirigem mais. Existem casos em que o idoso recebe pontos na carteira e precisa pagar multas de carros dirigidos, na verdade, por seus filhos.”

Silas Arduin, de São Paulo (SP)

IDADE PENAL

“Sugiro um projeto de lei estabelecendo que, quando o infrator adolescente for detido e fichado criminalmente, o registro seja mantido em sua ficha. Assim, se ele cometer novo crime depois de completar a maioridade, deverá ser considerado reincidente.”

Renato Sampaio, de Barretos (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

O segundo ano mais quente

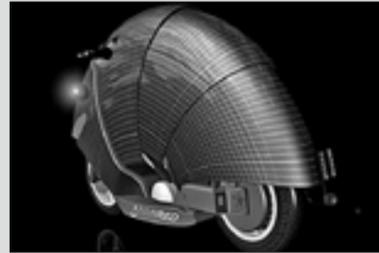
O ano de 2007 pode ser o segundo mais quente desde o início dos registros, na década de 1860, segundo Phil Jones, chefe da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia, da Grã-Bretanha. Essa instituição fornece dados para

a Organização Meteorológica Mundial. Uma comissão da ONU que reúne o trabalho de 2.500 cientistas disse que “muito provavelmente” as atividades humanas ligadas ao uso de combustíveis fósseis são a principal causa do aquecimento no último meio século.

Motocicleta movida pelo Sol

O projeto completo de uma motocicleta elétrica movida a energia solar foi apresentado na Espanha pela empresa Sunred. Os painéis solares garantem à moto uma autonomia de 20 km, a uma velocidade de 50km/h. O motor foi colocado na roda, uma solução

que já está sendo adotada nos carros elétricos.



DIVULGAÇÃO GIZMOLÓGIA

Indivíduo não nasce sortudo, mas constrói e amplia sua própria sorte. Isso é o que sugere pesquisa com 400 pessoas apresentada por Richard Wiseman, professor de Psicologia da Universidade de Hertfordshire, no Reino Unido. Quatro características marcam os “sortudos”: criam oportunidades para que coisas boas aconteçam; tendem a tomar decisões seguindo sua intuição; acreditam que terão boa sorte; e lidam bem com as situações ruins, adotando uma postura mais otimista que pessimista.

ENTRADA PARA A LUZ - Engenheiros desenvolveram nos EUA um sistema híbrido que aproveita a luz solar para iluminar diretamente o interior de edifícios sem necessidade de converter a luz em eletricidade. Ele utiliza no telhado um coletor que concentra a luz solar em fibras ópticas que vão até o interior da construção, onde são conectadas a cilindros difusores, que espalham a luz por todo o ambiente.

RISCO DA IMOBILIDADE - Estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstra que os riscos de sofrer uma trombose duplicam depois de quatro horas de imobilidade, seja em viagens de avião, de trem, de ônibus ou de carro. Além da imobilidade, os especialistas detectaram outros fatores que aumentam o risco nos aviões, como a obesidade, o consumo de anticoncepcionais orais e problemas sanguíneos hereditários.

O CUIDADO COM O PLANETA - “O nosso caos interno se reflete no externo. Por que estamos destruindo o planeta? Será que isso não traduz uma falta de cuidado com nós mesmos?” Esse questionamento é feito pela psicóloga Angélica Rodrigues Santos, do Instituto Pleno Ser, de Brasília. Angélica sugere ainda a reflexão: “O que cada um de nós tem feito para cuidar de si e, conseqüentemente, do planeta?”

Frases

“Me franqueei a todos e demonstrei a lisura de minha conduta. Mas o furor da imprensa e o açodamento de alguns ecoaram mais alto”

Joaquim Roriz, ao dizer por que renunciou ao mandato de senador, que exerceria até 2015.

“Ele preferiu renunciar, não confiou na investigação que seria feita, em que teria amplo direito de defesa. Não deixa de nos causar constrangimento”

José Nery, sobre a renúncia do senador Joaquim Roriz.

“Seria extremamente humilhante nós apreciarmos o protocolo dentro do prazo fixado pelo coronel Chávez”

Jefferson Péres, ao sugerir que não se analise a adesão da Venezuela ao Mercosul até que se esgote o prazo do “ultimato” dado por Hugo Chávez.

“Setores da mídia que não conseguiram derrubar o presidente Lula no primeiro e no segundo turno [das eleições] querem ir à forra derrubando o presidente do Senado”

Renan Calheiros, ao argumentar que a crise em torno dele é artificial.

“Minha missão é sugerir a Vossa Excelência, olhando nos seus olhos, que se afaste da Presidência”

Arthur Virgílio, como líder do PSDB, pedindo o afastamento de Renan Calheiros.

“O grande número de denúncias envolvendo parlamentares impõe ao Congresso a adoção de medidas moralizadoras da conduta de seus membros”

Expedito Júnior, que propõe vedar o direito à aposentadoria, pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas, ao parlamentar que venha a perder o mandato por corrupção.

“As ruas, turvadas em outros tempos por nuvens de pólvora e de gás, devem ser ocupadas, de novo, por ventos da decência, da ética e das melhores referências”

Pedro Simon, convocando os estudantes a construírem um futuro melhor na sessão em homenagem aos 70 anos da UNE.

Foto da Semana

Depois de seis anos, o Plenário voltou a testemunhar a renúncia de um senador. Na quarta-feira, às 21 horas, o senador Joaquim Roriz, do PMDB do DF, comunicou que abandonaria a Casa por meio de carta lida por seu colega de partido, senador Mão Santa, em sessão presidida pelo também correligionário Gilvam Borges, observados por servidores e por quatro senadores



JANE ARAÚJO

A história do Brasil na era de ouro do rádio

Verdadeiros cronistas do cotidiano, os músicos populares souberam contar em letra e melodia a história e as histórias do Brasil. Dos lundus cantados pelos escravos nas senzalas às rimas declamadas pelos rappers nas periferias, a música brasileira é um dos mais completos registros

da vida política e social do país. Principalmente quando parte desta história foi perdida para sempre, como aconteceu com fotos e outras lembranças de artistas do Centro Popular de Cultura, quando a sede da UNE foi incendiada nos anos 60.

A série *Trilhas da História*, com seis programas produzidos em parceria pela TV PUC-Rio e pela TV Senado, traz em cada episódio o ritmo, o estilo e o cenário político de uma época, com depoimentos de historiadores, antropólogos, músicos e até pessoas comuns, que contam como viviam e que lembranças têm dessas ocasiões.

No sábado, às 16h30 e 21h30, e no domingo, às 22h, as trilhas percorrem as décadas de 30, 40 e 50 – a era de ouro do rádio. O programa *A composição do Brasil* mostra como Getúlio Vargas usou o samba, as marchinhas de carnaval e o próprio rádio para conquistar o apoio das massas. Nessa época, a busca de uma identidade brasileira, principal objetivo de artistas e intelectuais, encontrou apoio na política centralizadora e nacionalista de Vargas. Um dos resultados é o fortalecimento do samba, que se torna um símbolo nacional.

A etnia do povo brasileiro segundo Darcy Ribeiro

Brasil crioulo é o quinto episódio da série *O povo brasileiro*, baseada na obra do falecido senador Darcy Ribeiro, que a TV Senado exibe no sábado, às 20h30, e no domingo, às 11h30. O documentário retrata a formação étnica do povo brasileiro e foi baseado em pesquisas realizadas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão. Constatam ainda do programa depoimentos de Gilberto Vasconcelos, Agenor Miranda da Rocha e Luiz Melodia, entre outros pesquisadores da cultura negra. As imagens são de documentários de Nelson Pereira dos Santos e Mário de Andrade. Dorival Caymmi, Chico Science, Cartola e Nelson Sargento são alguns dos destaques desse episódio.



Cabine de produção de radionovelas nos anos 50, na Rádio São Paulo: atração estava em seu auge

Rádio debate direito de greve para setor público

As greves no serviço público levaram o governo a endurecer com o movimento sindical e propor uma rígida lei de greve para o funcionalismo. A discussão é antiga. Na Câmara dos Deputados, tramita há 16 anos projeto sobre o assunto, do então deputado e hoje senador Paulo Paim (PT-RS). As possíveis mudanças na lei de greve são o tema de debate do programa *Conexão*

Senado desta segunda-feira, ao meio-dia.

A Rádio Senado, também nesta segunda, às 8h30, entrevista o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) no *Senado Economia*. Ele fala do que acredita serem os principais erros do governo: mau gerenciamento de gastos, esvaziamento das agências reguladoras e não aproveitamento do bom momento da economia mundial.

Incra explica qual é a lei para áreas indígenas

Pedro Aquino, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de Santarém (PA), é o entrevistado do *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30. Ele vai falar sobre reforma agrária e tirar dúvidas do ouvinte, da Rádio Senado Ondas Curtas, Risomar do Nascimento, do município

paraense de Uruará.

Risomar, colono, pede informações sobre áreas de ocupação indígena, pois recebeu da Funai um documento apontando que ele está dentro de terras que pertencem aos índios. Risomar sugeriu a entrevista sobre o assunto para saber quem tem direito às terras onde vive.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO (7.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia/Jaguar
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De Coração
8h30 - TV Brasil Internacional
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia / Jaguar
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre / Jaguar
22h30 - Diplomacia
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine

DOMINGO (8.jul.2007)

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h30 - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial - O Povo Brasileiro - Episódio 4
12h - Brasil Eleitor
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Retrats do Jazz - Courtney Pine
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10
22h - Diplomacia / Jaguar
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio:

1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

RESENHA

A história da “cidade das aroeiras”, Corumbá

ALEXANDRE GUIMARÃES

Para quem a conhece, Corumbá está além da beleza da fauna e da flora pantaneira, da riqueza da cultura e da receptividade do povo sul-mato-grossense. Corumbá é o casario antigo da cidade baixa, onde está o porto, de grande valor arquitetônico, assim como o grande “tabuleiro de xadrez”, da parte alta, mais nova e não menos atrativa.

Corumbá: terra de lutas e de sonhos, do historiador e professor aposentado Valmir Batista Corrêa, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, é obra de referência no estudo da história da cidade de Corumbá e fundamental para a compreensão da ocupação da região pantaneira. Dos antecedentes que levaram à fundação da Albuquerque Velha à criação de Mato Grosso do Sul em 1979, acompanha-se o crescimento de uma cidade. O livro traz um texto rico de curiosidades históricas.

Momentos críticos como a invasão paraguaia e a criação da Província do Alto Paraguai se mesclam a instantes comemorativos como a chegada da notícia da Proclamação da República, em 9 de dezembro de 1889 (a demora de 24 dias faz com que o leitor lembre os tempos

anteriores à nossa era tecnológica). O autor apresenta ensaios, que resultam de três décadas de estudos, fundidos perfeitamente num livro que prende a atenção do leitor. De certa forma, é o aprofundamento de sua obra, já esgotada, *Casario do porto de Corumbá*, editado em 1985.

A este resenhista, fica a vontade de retitular o livro para o poético *História da cidade das aroeiras*, independentemente da discussão antiga sobre o significado do termo tupi-guarani que deu nome à cidade: para uns, “banco de cascalho”, para outros, “porto seguro”; o mais aceito e mais belo, “cidade das aroeiras”.



Livro de Valmir Batista Corrêa foi lançado no último mês de maio, em Corumbá

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*, de Valmir Batista Corrêa, volume 76, das *Edições do Senado Federal*, pode ser adquirido por R\$ 10. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Interlegis já tem 7 mil inscritos para cursos

Termina nesta segunda-feira o prazo de inscrição para os cursos do Serviço de Capacitação Legislativa oferecidos pelo Interlegis em várias áreas. Cerca de 7 mil pessoas haviam feito a inscrição até sexta-feira passada. Os cursos, feitos pela internet, são gratuitos e os alunos podem fazer mais de um por vez. No final, o aluno recebe certificado de aproveitamento se tiver resultado acima de 70% de acerto nos exercícios e participação efetiva nos fóruns de discussão e chats.

Entre os cursos oferecidos pelo

Interlegis estão: Fundamentos de Ensino a Distância; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Responsabilidade Fiscal – O planejamento da receita e da despesa; Licitações e Contratos; Noções Básicas de Administração; Introdução ao Jornalismo Legislativo; Introdução ao Orçamento Público; Prática de Orçamento Público; e Instituições de Controle Orçamentário.

Os cursos têm duração de dois meses, segundo informações do administrador de plataforma do programa, Álvaro dos Anjos. No site, que simula uma sala

de aula, o aluno encontra o conteúdo desenvolvido por um especialista da área, fóruns de discussão e salas de bate-papo para esclarecer dúvidas em tempo real com o autor dos textos e outros participantes. E há um tutor que acompanha o aprendizado de cada aluno e o orienta no estudo.

Para acessar os cursos, os interessados devem se cadastrar no endereço <http://saberes.interlegis.gov.br>. Informações também podem ser obtidas pelo e-mail saberes@interlegis.gov.br e pelo telefone (61) 3311-2552.

Concurso de redação recebe apoio de Cristovam

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) se encontrou na quarta-feira passada com Christine Fontelles, diretora de Educação e Cultura do Instituto Ecofuturo, que apresentou ao senador o 6º Concurso de Redação Ler é Preciso. O concurso é feito pela organização não-governamental Instituto Ecofuturo, que também promove a instalação de bibliotecas comunitárias pelo Brasil.

Para Cristovam, é necessário adotar medidas que incentivem a leitura por todo o país. Ele anunciou que encaminhará projeto de lei propondo a criação da Semana da Leitura.

– Temos o Dia do Livro, mas ainda não temos um Dia da Leitura – disse.

Podem participar do concurso – que está sendo divulgado em 175 mil escolas de todo o país – estudantes do ensino fundamental e médio, das escolas de jovens e adultos, e professores. O tema é: “O melhor lugar do mundo”, e os participantes



Christine Fontelles apresenta a Cristovam iniciativa organizada pelo Instituto Ecofuturo

irão escrever sobre seus sonhos para o mundo e expectativas sobre o futuro, tendo como base as Oito Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000. Entre as metas estão acabar com a fome, reduzir a mortalidade infantil e combater o avanço da Aids e da malária.

Mais informações no site: www.omehorlugar-domundo.org.br.

Arquivo aberto

Em 9 de julho de 1932, há 75 anos, foi deflagrada a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Em 1997, vários senadores fizeram discursos em homenagem aos 65 anos da revolução. O senador Abdias Nascimento (foto), por exemplo, destacou que a data deve ser comemorada por ser “exemplo de determinação e desprendimento de brasileiros para quem a Justiça e a liberdade justificavam qualquer sacrifício”. Para o senador Romeu Tuma, que fez discurso no mesmo dia, o movimento revolucionário “sacudiu a nação, fazendo-a mais consciente que nunca da necessidade de uma Constituição e da autonomia dos Poderes da República”.



10 de julho – Em 1817, há 90 anos, quatro líderes da Revolução Pernambucana foram fuzilados. A TV Senado produziu, em julho de 2005, um programa sobre a Proclamação da República em que cita a Revolução Pernambucana e outros movimentos sociais marcantes da Primeira República.

10 de julho – Em 1982, há 25 anos, morreu um dos maiores ritmistas brasileiros: o músico Jackson do Pandeiro. A senadora Ideli Salvatti, no Dia Nacional do Samba, em 2 de dezembro de 2003, afirmou que “o samba brasileiro tem sotaques; são muitos e variados. O sotaque nordestino do samba de um Jackson do Pandeiro, por exemplo, um paraibano arretado, de primeira”. Para ressaltar o que dizia, a senadora cantou alguns trechos da música *Chiclete com banana*, uma das marcas registradas de Jackson.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Na separação, casal deve cuidar de questões práticas

A separação costuma ser um dos momentos mais difíceis da vida de cada cônjuge. Além dos problemas pessoais e familiares, marido e mulher precisam pensar nas questões práticas envolvidas, uma vez que o casamento implica obrigações que, na separação, devem ser revistas e atribuídas a cada um dos cônjuges.

Sociedade conjugal é diferente de casamento

A lei entende sociedade conjugal e casamento como coisas diferentes. A sociedade conjugal, que começa com o casamento e compreende o regime de bens e as obrigações de fidelidade e de morar junto, termina com:

- ▶ a morte de um dos cônjuges;
- ▶ a anulação do casamento: o casamento existiu, teve efeitos durante certo tempo, porém foi anulado. Exemplo: casamento de menores sem autorização;
- ▶ a nulidade do casamento: ele não poderia ter acontecido em razão de

impedimento legal e é como se nunca tivesse existido. Exemplo: casamento de pessoa já casada;

- ▶ a separação judicial; ou
- ▶ o divórcio.

Já o casamento válido (aquele que não é nulo ou anulável) só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, permitindo que os cônjuges possam casar-se novamente. A separação não extingue o casamento (só desfaz a sociedade conjugal) e, por isso, não permite que os cônjuges casem-se outra vez.

Separção só pode ser pedida depois de um ano

A separação pode ser consensual, em que marido e mulher concordam com os seus termos (divisão dos bens, pensão, guarda e visita aos filhos, uso do nome do outro, etc.), ou não consensual, em que não há acordo sobre a separação em si e/ou as condições e cujo processo é feito sempre pela via judicial.

Só é possível pedir a separação depois de um ano de casados e, no caso de incapacidade, o cônjuge deve ser representado por seu curador ou por um dos seus pais ou irmão.

Durante o processo, consensual ou não, o juiz tenta fazer com que o casal se reconcilie e ouve os cônjuges separadamente. Caso não haja reconciliação ou acordo, o juiz decide sobre as condições da separação, inclusive quanto à divisão dos bens.

A separação pode ser pedida ao juiz por um dos cônjuges também

em caso de:

a) conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento (adultério, tentativa de morte, agressão ou injúria grave, condenação criminal e outras condutas julgadas desonrosas);

b) extinção da vida em comum há mais de um ano;

c) grave doença mental do outro, manifestada após o casamento.

Os bens são divididos conforme o regime de bens do casamento, mas o juiz pode negar o pedido nos casos das letras 'b' e 'c' se julgar que a separação pode piorar as condições pessoais ou de saúde do outro cônjuge ou trazer conseqüências morais graves aos filhos menores.

Para restabelecer a união conjugal, os casais separados devem apresentar ao juiz um acordo de reconciliação para ser homologado.

Divórcio dá fim ao casamento

Qualquer dos cônjuges pode dar entrada no divórcio desde que estejam separados de fato há mais de dois anos (o chamado divórcio direto, sem separação formal anterior) ou separados formalmente há mais de um ano (conversão de separação em divórcio).

Após o divórcio, o cônjuge deve usar o nome que tinha antes do casamento, só conservando o nome de família do ex-cônjuge se houver:

- ▶ evidente prejuízo pela mudança do nome usado nas suas atividades profissionais;

- ▶ grande diferença entre

o seu nome de família e o dos filhos;

- ▶ dano grave reconhecido em decisão judicial.

Se o divórcio resultar de doença grave de um dos cônjuges, o que buscou a separação deve dar assistência ao outro.

Em caso de novo casamento, o cônjuge que recebe pensão perde o direito a ela. Já o cônjuge que paga pensão ao outro continua tendo que fazê-lo caso se case novamente.

Para restabelecer a união conjugal, os casais divorciados devem se casar novamente.

Veja nesta edição do Especial Cidadania o que as leis determinam como direitos e deveres dos cônjuges a serem discutidos na separação e como fazer para dar entrada no processo, na Justiça ou, como permitiu a Lei 11.441/07, nos cartórios. No próximo *Especial Cidadania*, saiba como ficam a guarda dos filhos e a responsabilidade por sua criação.

O processo: acordo é sempre melhor que litígio

Para dar entrada no pedido de separação ou divórcio, é preciso contratar um advogado, cujo primeiro dever é buscar um acordo. Se consensual, o casal pode optar pela contratação de um único profissional. Em caso de discordância, cada cônjuge deve contratar o advogado da sua confiança. Veja na edição 139 do *Especial Cidadania*, de 11.9.2006, como fazê-lo com segurança.

O pedido deve conter as condições de guarda e pensão dos filhos e da pensão devida ao cônjuge que não possua recursos suficientes para se manter, ou a sua dispensa. A partilha dos bens pode constar ou não do pedido, mas a questão pode ser resolvida no futuro. Veja na edição 160 do *Especial Cidadania*, de

12/3/2007, como é feita a partilha em cada regime de bens.

O processo deve correr em segredo e o juiz, ouvido o Ministério Público, pode recusar a petição se considerar que o acordo não atende aos interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

Os efeitos da separação, do divórcio ou da reconciliação só ocorrem depois da decisão final. Além disso, é preciso averbar a sentença nos cartórios de registro civil e nos de registro de imóveis em que estiverem registrados os bens do casal. No caso de empresário, é necessário averbar também no registro público de empresas mercantis. Antes de averbada a sentença nesses cartórios, ela não tem efeito sobre transações que vierem a ser feitas com os bens.

Cartórios já fazem separação e divórcio

A Lei 11.441/07 estabeleceu que, se o casal está plenamente de acordo com todas as condições da separação ou do divórcio e não tem filhos menores ou incapazes, o cartório de notas ou tabelionato de notas pode lavrar uma escritura pública de separação ou divórcio, ou de conversão da separação em divórcio, ou de reconciliação, com o mesmo efeito das sentenças judiciais correspondentes.

A qualificação e a assinatura dos advogados devem constar da escritura (caso o casal não possa contratar advogado, tem direito a um defensor público para assisti-lo), que deve conter ainda:

- ▶ o valor e a forma de pagamento da pensão alimentícia ou a sua dispensa;
- ▶ a descrição e partilha dos

bens comuns e obrigações;

- ▶ a manutenção ou não do uso do nome de casado pelos ex-cônjuges.

Se, na partilha, houver transmissão de bens de um cônjuge para outro, ou seja, quando os bens comuns não forem divididos igualmente, é devido o Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI) sobre a parte transmitida, a ser pago e declarado na escritura. O cartório não pode cobrar a escritura do casal que se declarar pobre.

- ▶ O traslado da escritura deve ser averbado nos cartórios competentes, assim como a sentença.

No entanto, diferentemente do divórcio e da separação judiciais, a partilha dos bens comuns não poderá ser feita posteriormente.

Saiba mais

Conselho Nacional de Justiça
Supremo Tribunal Federal,
anexo II, bloco A - Praça
dos Três Poderes
Brasília (DF) - CEP 70175-
900
61 3217-3000/4506
www.cnj.gov.br

Instituto Nacional de
Educação Profissional
(Inepro)
Projeto Educacional Júris
Way
Rua Alagoas, 1.270,
2º andar - Savassi -

Belo Horizonte (MG)
CEP 30130-160
(31) 3225-4010
www.jurisway.org.br

Legislação
www.presidencia.gov.br/legislacao/
Lei 7.841/1989 - Código de Processo Civil
Lei 6.515/1977 - regula a separação e o divórcio
Lei 7.841/1989 - reduz o prazo para converter a separação em divórcio
Lei 11.441/07 - permite separação no cartório